



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLE DE GESTÃO**

**GUSTAVO FELIPE DE SOUTO**

**COMPORTAMENTO DOS CUSTOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:**

Uma análise dos custos gerais e custos de agência em cooperativas de crédito e bancos comerciais.

Florianópolis, 2023.

**GUSTAVO FELIPE DE SOUTO**

**COMPORTAMENTO DOS CUSTOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:**

Uma análise dos custos gerais e custos de agência em cooperativas de crédito e bancos comerciais.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Programa de Pós-Graduação em Controle de Gestão da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Controle de Gestão.

Orientador: Prof. Dr(a) Luiza Santangelo Reis.  
Coorientador: Prof. Dr. Altair Borgert.

Florianópolis, 2023.

## Ficha de identificação da obra

SOUTO, Gustavo Felipe de.

Comportamento dos custos em instituições financeiras: uma análise dos custos gerais e custos de agência em cooperativas de crédito e bancos comerciais/Gustavo Felipe de Souto; orientadora, Luiza Santangelo Reis, coorientador, Altair Borgert, 2023. 65 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Controle de Gestão (MP\*), Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Controle de Gestão (MP\*). I. Reis, Luiza Santangelo. 2. Borgert, Altair. 3. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Controle de Gestão. (MP\*). IV. Título.

## GUSTAVO FELIPE DE SOUTO

**COMPORTAMENTO DOS CUSTOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:** Uma análise dos custos gerais e custos de agência em cooperativas de crédito e bancos comerciais

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

---

Profa. Luiza Santangelo Reis, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

---

Prof. Pedro José Von Mechel, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

---

Profa. Dalci Mendes Almeida, Dra.

Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Controle de Gestão.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Profa. Dra. Luiza Santangelo Reis - Orientadora

---

Prof. Dr. Altair Borgert – Coorientador

Florianópolis, 2023.

Este trabalho é dedicado à minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, e por me proporcionar concluir mais essa etapa da minha vida com paciência, discernimento e saúde. A Nossa Senhora que sempre está comigo, me guiando e intercedendo por mim em todas as minhas angústias, dúvidas e aflições, e por sempre me auxiliar a realizar as melhores escolhas.

À minha família, em especial meus pais Sebastião e Solange, os meus irmãos Eristânia, Allessandra e Daniel, e os meus cunhados Ricardo e Alexandre por me incentivarem a todo momento a buscar atingir meus objetivos e realizar os meus sonhos, mas sem dúvida por sempre estarem comigo me garantindo refúgio e carinho.

Aos meus sobrinhos e afilhados amados que são combustíveis para o meu caminhar, Polyana, Luiz Henrique, Eduardo, André, Gabrielle, Beatriz e Arthur. Um agradecimento especial ao meu sobrinho-neto Heitor, por ter chegado durante essa minha jornada e ter feito lembrar o verdadeiro sentido da vida, o amor.

À professora Luiza Santangelo Reis, pelo apoio incondicional a cada conversa, mas principalmente pela confiança no meu trabalho desde o aceite inicial. Agradeço por todas as orientações, todos os conselhos e direcionamentos durante esse processo. Agradeço também ao professor Altair Borgert, meu coorientador por ter aceitado estar nessa fase comigo e por ter me ampliado horizontes a cada orientação.

Aos meus gestores que me apoiaram nas minhas decisões, e sem dúvida me incentivaram a persistir nos meus sonhos. Em especial Ronie Constantino, Maurício Martini, William Oliveira, Scharles Rampelotti e Marcos Schuster. Agradecimento especial também a aqueles gestores que estiveram na minha caminhada e que me desenvolveram enquanto profissional: Carolina Luiz, Richard Lavina, José Meller, Elaine Sanhudo e Gilson Ruas.

Agradecimento especial aos meus amigos pelo apoio em minhas escolhas, mas principalmente por estarem ao meu lado sempre, mesmo quando não foi recíproca a minha presença. Especialmente a Paloma Schaffer, Mariana Muller e Alaim Souza Neto, amigos de verdade, que carrego no peito e que sei que estarão comigo independentemente das circunstâncias.

Por fim, a você Fernando, companheiro dessa minha nova etapa de vida, por me incentivar a seguir, mesmo quando não via caminhos possíveis, sempre com uma palavra amiga e um abraço, lembrando-me que tudo dará certo.

## RESUMO

Esta pesquisa foi realizada por meio de dois artigos científicos que buscaram identificar o comportamento dos custos e os custos de agência das instituições financeiras cooperativas de crédito filiadas à central Ailos. O primeiro artigo teve como objetivo demonstrar o comportamento dos custos existentes no cooperativismo, em especial em cooperativas de crédito, frente às receitas de intermediação financeira. Esse estudo foi realizado por meio de um levantamento de dados e análise de regressão linear múltipla, a fim de testar o comportamento dos custos utilizando como variáveis as despesas com provisão de devedores duvidosos, despesas administrativas, despesas de pessoal e despesas totais (que se referem ao somatório das três outras variáveis). Os dados utilizados se referem ao período de 01/2015 a 12/2020. Os resultados evidenciam que as despesas administrativas e com pessoal seguem, de forma geral, pela análise do sinal dos coeficientes do modelo, o comportamento *sticky costs* proposto na metodologia de Anderson, Banker e Janakiraman (2003) sobre comportamento dos custos. Em contrapartida, as despesas com provisão para devedores duvidosos e as despesas totais não corroboram com a teoria da assimetria dos custos. Assim, conclui-se nesse primeiro artigo que o comportamento dos custos de cooperativas de crédito precisa ser repensado e estruturado não só a partir da receita de intermediação, mas em função de outras variáveis que descrevam o volume de negociações. Os resultados se justificam em função das particularidades do setor e sua regulamentação. Já o segundo artigo teve como objetivo verificar se os custos de agências em instituições que atuam no mesmo segmento, mas com formas de atuação e constituição distintas, possuem as mesmas variações. A pesquisa foi realizada por meio do levantamento de dados contábeis dos cinco maiores bancos do país em volume de ativos e de todas as cooperativas singulares do sistema cooperativista em que está inserida a maior cooperativa de crédito do Brasil em volume de ativos. Foram utilizados dados trimestrais das demonstrações contábeis que se referem ao período de 2015 a 2020. A verificação se dá a partir das variáveis de taxa de retorno dos ativos (TRA) e da relação entre as despesas discricionárias e as receitas com intermediação financeira (RDF). A análise de dados dividiu-se em duas etapas: na primeira foi realizada a análise de estatística descritiva das variáveis estudadas e submetendo-os ao teste de normalidade das médias de realização; na segunda foi realizada o teste T de *Student* para testar as hipóteses, e conseqüentemente, verificar se as médias dos custos de agência são iguais para bancos e cooperativas de crédito. Os resultados rejeitaram a hipótese de que bancos e cooperativas de crédito possuem as mesmas variações nas variáveis testadas.

**Palavras-chave:** Comportamento dos custos. Cooperativismo de crédito. Custos de agência.



## ABSTRACT

*This research was carried out through two scientific articles that sought to identify the behavior of costs and agency costs of credit cooperative financial institutions affiliated to the central Ailos. The first article aimed to demonstrate the behavior of existing costs in cooperativism, especially in credit cooperatives, compared to income from financial intermediation. This study was carried out by means of a data survey and multiple linear regression analysis, in order to test the behavior of costs using as variables the expenses with provision for bad debts, administrative expenses, personnel expenses and total expenses (which refer to the sum of the three other variables). The data used refer to the period from 01/2015 to 12/2020. The results show that administrative and personnel expenses follow, in general, the analysis of the sign of the model's coefficients, the sticky costs behavior proposed in the methodology of Anderson, Banker and Janakiraman (2003) on cost behavior. On the other hand, expenses with allowance for doubtful debts and total expenses do not corroborate with the theory of asymmetry of costs. Thus, it is concluded in this first article that the cost behavior of credit unions needs to be rethought and structured not only from the intermediation revenue, but in function of other variables that describe the volume of negotiations. The results are justified by the particularities of the sector and its regulation. The second article aimed to verify whether the costs of branches in institutions that operate in the same segment, but with different ways of acting and constitution, have the same variations. The research was carried out through the survey of accounting data from the five largest banks in the country in terms of asset volume and all the singular cooperatives of the cooperative system in which the largest credit cooperative in Brazil in terms of asset volume is inserted. Quarterly data from the financial statements referring to the period from 2015 to 2020 were used. The verification is based on the variables of rate of return on assets (TRA) and the relationship between discretionary expenses and income from financial intermediation (RDF). Data analysis was divided into two stages: in the first, the descriptive statistics analysis of the studied variables was carried out, submitting them to the normality test of the achievement averages; in the second, the Student's t test was performed to test the hypotheses and, consequently, verify whether the average agency costs are the same for banks and credit unions. The results rejected the hypothesis that banks and credit unions have the same variations in the tested variables.*

**Keywords:** Cost behavior. Credit cooperative. Agency costs.

## LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1: Modelo de comportamento dos custos.....	32
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Variáveis de análise .....	31
Quadro 2: Modelo do comportamento das despesas de provisão da central Ailos. ...	35
Quadro 3: Modelo do comportamento das despesas administrativas da central Ailos. .....	36
Quadro 4: Modelo do comportamento das despesas de pessoal da central Ailos. ...	37
Quadro 5: Modelo do comportamento das despesas totais da central Ailos. ....	38
Quadro 6: Composição das variáveis do custo de agência.....	51
Quadro 7: Teste T de Student TRA.....	55
Quadro 8: Teste T de Student RDF.....	55

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados das cooperativas analisadas (MM).....	34
Tabela 2: Nome fantasia das instituições financeiras pesquisadas.....	50
Tabela 3: Dados das instituições financeiras pesquisadas. ....	52
Tabela 4: Estatística descritiva da variável de custo de agência TRA. ....	53
Tabela 5: Estatística descritiva da variável de custo de agência RDF. ....	54

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BACEN - Banco Central do Brasil

CA - Conselho de Administração

CPV - Custos dos Produtos Vendidos

ONU - Organização das Nações Unidas

RDF - Relação de Despesa com Faturamento

REC - Variável Independente

SFN - Sistema Financeiro Nacional

TRA - Taxa de Retorno dos Ativos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>17</b>
2.1 ESTRUTURA DOS ARTIGOS.....	17
2.2 ARTIGO 1 – COMPORTAMENTO DOS CUSTOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UMA ANÁLISE EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO SEDIADAS NO SUL DO BRASIL .....	19
<b>2.2.1 Introdução</b> .....	<b>19</b>
<b>2.2.2 Referencial Teórico</b> .....	<b>23</b>
<b>2.2.3 Metodologia</b> .....	<b>30</b>
<b>2.2.4 Resultados e Discussões</b> .....	<b>34</b>
<b>2.2.5 Análise da Variável Despesa com Provisão para Devedores Duvidosos..</b>	<b>35</b>
<b>2.2.6 Análise da Variável Despesas Administrativas</b> .....	<b>36</b>
<b>2.2.7 Análise da Variável Despesas de Pessoal</b> .....	<b>37</b>
<b>2.2.8 Análise da Variável Despesas Totais.....</b>	<b>38</b>
<b>2.2.9 Considerações Finais</b> .....	<b>39</b>
2.3 ARTIGO 2 – ANÁLISE DOS CUSTOS DE AGÊNCIA EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UM COMPARATIVO ENTRE COOPERATIVAS DE CRÉDITO E BANCOS.....	40
<b>2.3.1 Introdução</b> .....	<b>40</b>
<b>2.3.2 Gestão De Custos Nas Instituições Financeiras</b> .....	<b>43</b>
<b>2.3.3 Custos de Agência</b> .....	<b>46</b>
<b>2.3.4 Metodologia</b> .....	<b>49</b>
<b>2.3.5 Resultados e Discussões</b> .....	<b>52</b>
<b>2.3.6 Análise da Estatística Descritiva</b> .....	<b>53</b>
<b>2.3.7 Teste de normalidade e teste de média.....</b>	<b>54</b>
<b>2.3.8 Conclusões</b> .....	<b>56</b>

<b>3 CONCLUSÃO .....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO A – Comprovante de submissão dos artigos em periódicos.....</b>	<b>68</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por diferentes tipos de participantes, tendo responsabilidade e atuações distintas. Contudo, em algumas searas há o compartilhamento de atuações e atribuições entre esses participantes, como pode ser percebido na atuação dos bancos comerciais e das cooperativas de crédito, em que ambos são instituições financeiras, entregando na grande maioria das vezes o mesmo produto ou serviço.

Outrossim, o SFN e todos os seus participantes servem como pilares de sustentação para o desenvolvimento econômico brasileiro (VIEIRA; PEREIRA & PEREIRA, 2012). Entretanto, é observado nas últimas décadas um crescimento irregular, quando comparados os bancos comerciais e as cooperativas de crédito. É válido ressaltar que para ambos os participantes é possível observar crescimento, mas em percentuais distintos. Entre 2015 e 2020, os bancos cresceram 29% em ativos, 27% em carteira de crédito, 21% em captação, 41% em patrimônio líquido. Já as cooperativas de crédito cresceram 196% em ativos, 197% em carteira de crédito, 211% em captação e 196% em patrimônio líquido.

As cooperativas de crédito possuem uma parte menor no SFN quando comparada com bancos, todavia, a cada ano essa participação vem ganhando mais espaço através do crescimento dessas instituições financeiras. Enquanto os bancos comerciais crescem em ativos e em carteira de crédito em percentuais que oscilam, respectivamente, entre 10% e 20%, as cooperativas de crédito ultrapassam os três dígitos de crescimento (BACEN, 2021).

Cabe ressaltar, que dadas as dimensões continentais do Brasil, o crescimento no cooperativismo de crédito é desigual nas regiões brasileiras, tendo a região sul e sudeste como as grandes responsáveis por esse crescimento. Essa observação pode ser entendida pelo tempo em que essas instituições estão nessas regiões, pois conforme Nogueira (2015), o início do cooperativismo de crédito brasileiro se deu no Rio Grande do Sul.

No atual contexto econômico em que todas as organizações estão inseridas, e entre elas tanto as cooperativas de crédito quanto os outros agentes do SFN, buscam-se eficiência e eficácia. Para Silva, Silva, Vasconcelos & Campelo (2007), as



pressões dos ambientes em que estão inseridas, tanto em termos econômicos (lucros, remuneração do capital etc.) como sociais (emprego, preservação meio ambiente), fazem com que as empresas procurem cada vez mais um novo jeito para manterem-se eficientes.

Nesse ensejo, na tentativa de administrar as organizações com esse novo jeito mais eficiente, objetivos estratégicos são traçados e se voltam olhares para os custos das suas operações como um importante elemento para disputa no mercado. Dessa forma, entender o comportamento dos custos é parte essencial para qualquer planejamento e tomada de decisão. De fato, não conhecer e não compreender o comportamento de custos de forma profunda pode levar a decisões ruins e até desastrosas (HANSEN e MOWEN, 2003).

O comportamento do custo traduz como o custo reagirá ou responderá a mudanças no nível de atividade. Hansen e Mowen (2003) descrevem que o comportamento dos custos requer a medida de execução de atividade, indicada pelos direcionadores de custos. Ou seja, é o termo geral para descrever se um custo muda quando o nível de produção muda.

Desse modo, os avanços observados nesse grupo de participantes do SFN – as cooperativas de crédito – bem como os poucos estudos na literatura acadêmica acerca do comportamento de custos em instituições financeiras despertaram a necessidade de estudos no tema para esse tipo de instituição. Além disso, a facilidade para um indivíduo se associar nessas instituições, também justificaram a pesquisa para entender melhor esse nicho do SFN.

Aliado a isso percebe-se também que a gestão das cooperativas de crédito fica a cargo dos próprios associados, que são eleitos em assembleias. Essa “autogestão” das cooperativas de crédito possibilita a ocorrência de conflitos de agência, e pode suscitar a divergência de interesses entre agente e principal, que na cooperativa são entendidos como o Conselho de Administração (CA) e os cooperados respectivamente.

Dessa forma, outra vertente que justifica esta pesquisa é identificar se há problemas de agência nessas instituições, uma vez que Agente e Principal são ambos cooperados, mas exercem funções distintas e assim conflitantes. Segatto-Mendes

(2001) descreve essa relação como o Principal oferecendo uma remuneração ao Agente para atuação por sua conta, defendendo seus interesses.

Assim, a pesquisa busca demonstrar o comportamento dos custos existentes nas cooperativas de crédito frente às receitas de intermediação financeira, bem como verificar os custos decorrentes dos problemas de agências nessas instituições financeiras.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Na seção 2.1 será introduzido brevemente o tema e as justificativas dos artigos apresentados nas seções posteriores. Na seção 2.2 será apresentado o artigo “Comportamento dos custos em instituições financeiras: uma análise em cooperativas de crédito sediadas no sul do Brasil”. Já, na seção 2.3 será apresentado o artigo “Análise dos custos de agência em instituições financeiras: um comparativo entre cooperativas de crédito e bancos”.

### 2.1 ESTRUTURA DOS ARTIGOS

A tomada de decisões nas cooperativas de crédito é realizada pelo Conselho de Administração, que assume papel, de acordo com a Teoria da Agência, de agente. É possível que existam perfis profissionais dos mais variados a frente do CA, com níveis diferentes de criticidade para custos e, assim, diferentes tipos de entendimento de como que as decisões tomadas afetam os custos. Assim, propôs-se dois estudos na temática de custos que ampliasse o olhar e entendimento do tema aos gestores das cooperativas de crédito.

Especificamente, no primeiro artigo busca-se, como objetivo, evidenciar se o comportamento dos custos nas cooperativas de crédito tem as mesmas características de assimetria, e classificá-los como *sticky* ou *anti-sticky*. Enquanto a segunda pesquisa está relacionada a verificação do comportamento das variações existentes nos custos de agência das instituições financeiras (cooperativas de crédito e bancos comerciais).

O primeiro artigo utilizou as instituições financeiras cooperativas de crédito filiadas à central Ailos como amostra para entender o comportamento dos custos em relação às receitas de intermediação financeira dessas cooperativas. Nessa pesquisa foi realizado um levantamento de dados e análise de regressão linear múltipla, entre as receitas de intermediação financeira e uma *dummy* de interação (variáveis independentes) e as variáveis dependentes: despesas com provisão de devedores duvidosos, despesas administrativas, despesas de pessoal e despesas totais (que se referem ao somatório das três outras variáveis). Mendonça *et. al.* (2018) esclarece que intermediação financeira é o resultado da utilização de recursos dos poupadores por parte dos tomadores, em forma de operações de crédito, resultando numa receita fim das instituições financeiras.

Os dados utilizados na amostra referem-se ao período de 01/2015 a 12/2020. Os resultados evidenciam que as despesas administrativas e com pessoal seguem, de forma geral, pela análise do sinal dos coeficientes do modelo, o comportamento *sticky costs* descritos pela literatura do comportamento dos custos. Em contrapartida, nas despesas com provisão para devedores duvidosos e nas despesas totais não houve evidências suficientes para corroborar com a teoria da assimetria dos custos.

Assim, é sugerido que as decisões acerca de custos nas cooperativas de crédito precisam ser repensados e estruturados não só a partir da receita de intermediação, mas em função de outras variáveis que descrevam o volume de negociações e/ou que tenham relação mais próxima ao custo. A receita de intermediação financeira não conseguiu mostrar o volume de produção, pois o volume de crédito e o número de cooperados podem impactar a receita, mas não necessariamente aumentar os custos. Os resultados se justificam em função das particularidades do setor e sua regulamentação.

Dado o resultado inconclusivo de acordo com a metodologia de Anderson, Banker e Janakiraman (2003) sobre comportamento de custos no primeiro artigo, e entendendo a particularidade que as cooperativas apresentam em relação à tomada de decisões, entendeu-se relevante analisar em maiores detalhes as particularidades dessas instituições quanto à aplicação de seus recursos. Assim, a investigação levou a compreender que os custos de agência movida por essa sobreposição de papéis nas cooperativas seriam relevantes.

O objetivo foi identificar de que forma os custos de agência são realizados em diferentes instituições financeiras, comparando bancos com cooperativas de crédito. A pesquisa é realizada por meio do levantamento de dados contábeis dos cinco maiores bancos do país em volume de ativos e de todas as cooperativas singulares do sistema cooperativista em que está inserida a maior cooperativa de crédito do Brasil em volume de ativos.

Foram utilizados dados trimestrais das demonstrações contábeis que se referem ao período de 2015 a 2020. A verificação se dá a partir das variáveis de Taxa de Retorno dos Ativos (TRA) e da relação entre as despesas discricionárias e as Receitas Com Intermediação Financeira (RDF). A análise de dados dividiu-se em duas etapas: na primeira foi realizada a análise de estatística descritiva das variáveis estudadas e submetendo-os ao teste de normalidade das médias de realização; na segunda foi realizada o teste T de *Student* para testar as hipóteses e, conseqüentemente, entender se as médias dos custos de agência são iguais para bancos e cooperativas de crédito.

## 2.2 ARTIGO 1 – COMPORTAMENTO DOS CUSTOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UMA ANÁLISE EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO SEDIADAS NO SUL DO BRASIL

### 2.2.1 Introdução

O contexto das instituições financeiras no Brasil tem experimentado ao longo dos últimos anos uma célere mudança, sobretudo na composição do Sistema Financeiro Nacional, resultando em uma acirrada disputa de mercado entre as instituições participantes. O cooperativismo de crédito vem a cada ano ganhando mais espaço nesse nicho de mercado, movimentando a economia com a geração de emprego e renda, e levando progresso e qualidade de vida a toda população brasileira (OCB, 2020).

As cooperativas de crédito, mesmo diante de cenários desafiadores como os anos de pandemia vividos desde 2020, vêm se mantendo fortalecidas independentemente das circunstâncias. O cooperativismo reforçou a sua importância

para a economia brasileira, mostrando-se resiliente, mesmo em momentos de crises (OCB, 2020).

O cooperativismo de crédito tem vivido o seu momento de destaque na economia brasileira nos últimos anos. Dados do Banco Central do Brasil traduzem um avanço no Sistema Financeiro Nacional, entre 2015 e 2020, de 196% no volume de Ativos; 197% na carteira de Crédito; 211% nas carteiras de Captação; 199% em Patrimônio Líquido; e 50% na Rede de Atendimentos espalhadas pelo Brasil.

Em contraponto, os outros participantes do Sistema Financeiro Nacional, como bancos comerciais, caixas econômicas, *fintechs*, entre outros, também apresentaram crescimento, entretanto, em percentuais bem menos expressivos. Esses participantes, entre 2015 e 2020, apresentaram crescimento de 29% no volume de Ativos; 27% na carteira de Crédito; 21% nas carteiras de Captação; 41% em Patrimônio Líquido; e uma redução de 14% na Rede de Atendimento espalhada no território nacional.

Sobretudo, por mais que haja uma expressiva variação de crescimento no cooperativismo de crédito, conforme pode ser observado nos dados supracitados, há de salientar que as cooperativas de crédito ainda detêm uma fatia reduzida desse mercado. Em 2020, o cooperativismo de crédito representava no sistema financeiro nacional 3,94% do volume de Ativos; 5,08% da carteira de Crédito; 3,04% das carteiras de Captação; e 4,94% do Patrimônio Líquido (BACEN, 2020).

Além disso, outro viés de destaque do cooperativismo de crédito no Brasil está pela força e engajamento da cooperação por uma parte específica da população. De acordo com a OCB (2020), o sul do Brasil representa 54,93% de toda a população cooperada a uma cooperativa de crédito no país. Esse dado ainda é maximizado se comparado ao total de cooperativas existentes no sul do Brasil em relação a outras regiões, visto que na região sul, o número de cooperativas de crédito é menor que na região sudeste por exemplo, que mesmo possuindo um número maior de cooperativas de crédito, tem menos cooperados que a região sul.

Uma possível resposta a esse envolvimento e engajamento ao cooperativismo de crédito na região sul pode ser o fato de que a origem das cooperativas de crédito no Brasil se deu no Rio Grande do Sul. Para Nogueira (2015), o início do cooperativismo de crédito no Brasil aconteceu em 1902, no estado gaúcho, por

influência de um padre jesuíta, que para o desenvolvimento local, remunerava os depósitos efetuados por cooperados.

Dessa forma, o cooperativismo de crédito foi amplamente difundido no interior do sul brasileiro de maneira geral. Prova disso é expressividade atual de uma central cooperativista sediada em Santa Catarina, a central Ailos que tem vinculada a si a maior cooperativa de crédito do Brasil em volumes totais de carteira de crédito, de captação e lucro líquido (BACEN, 2020).

Todavia, os expressivos avanços num curto espaço de tempo, bem como a representatividade do cooperativismo e crédito na região sul do Brasil, aliados a facilidade existente atualmente em se associar a uma cooperativa de crédito, é o que justifica este estudo, que buscou identificar o comportamento dos custos dessas instituições financeiras. Nesse ensejo, coloca-se em pauta também os poucos estudos acerca do comportamento de custos em instituições financeiras, o que reitera a justificativa, principalmente acerca do crescimento expressivo do cooperativismo de crédito no Brasil.

Entretanto, a disseminação de pesquisas sobre comportamento dos custos pôde ser observada ao longo dos anos, em que pode ser citado os estudos de Anderson, Banker e Janakiraman (2003); Medeiros, Costa e Silva (2005); Richartz, Nunes, Borgert & Dorow (2010); entre outros. Para Pastre, Borgert, Souza & Petri (2015), o conhecimento acerca de como os custos podem se comportar em função de alguns aspectos torna-se uma medida importante para a eficiência na gestão e nas tomadas de decisões.

Nessa perspectiva, investigar o comportamento dos custos no cooperativismo de crédito possibilitará um maior entendimento acerca do seu desempenho e trará reflexos diretos na intermediação financeira. Para Mendonça *et. al.* (2018), a intermediação financeira é o processo resultante da utilização dos recursos financeiros dos agentes poupadores por parte dos agentes tomadores, em forma de empréstimos. Como fruto dessa operação, as instituições financeiras reconhecem receitas por conta dessa intermediação.

Por consequência, uma gestão eficiente dos custos das instituições financeiras pode representar taxas menores de repasse, afetando o fluxo monetário e contribuindo para a redução do custo de capital dos agentes tomadores de

empréstimos no desenvolvimento da economia no longo prazo. Além disso, também contribui com gestores, investidores e analistas financeiros através da geração de subsídios para tomada de decisão, uma vez que oferece informações acerca da estrutura do setor financeiro (MENDONÇA *et. al*, 2018).

Diante desse contexto, o comportamento dos custos foi definido por Garrison e Noreen (2001) como a reação ou variação, à medida que ocorrem alterações no nível de atividade de uma organização. Já Anderson, Banker e Janakiraman (2003) definem como essencial o conhecimento do comportamento dos custos para a eficiência na gestão das organizações, subsidiando gestores a determinados ajustes em respostas às possíveis mudanças nas atividades das organizações.

Nesse sentido, perante a crescente expansão do cooperativismo de crédito no Brasil, e tendo em vista a representatividade das cooperativas de crédito na região sul brasileira, tem-se o seguinte problema de pesquisa: como se comportam os custos, em relação as receitas com intermediação financeira, das cooperativas de crédito vinculadas a central Ailos, entre o período de 2015 a 2020?

Assim, o objetivo dessa pesquisa é demonstrar o comportamento dos custos existentes no cooperativismo, em especial em cooperativas de crédito, frente as receitas de intermediação financeira. Diante disso, esta pesquisa visa contribuir para a temática de comportamento de custos em instituições financeiras, visto que as tendências dos custos frente as receitas de intermediação financeira enquadram-se como uma temática pouco explorada.

Para isso, esta pesquisa utilizará a metodologia proposta por Anderson, Banker e Janakiraman (2003) para tentar identificar a assimetria dos custos nas cooperativas de crédito. A proposta dos autores consiste em mostrar o comportamento assimétrico dos custos por meio de uma variável de volume e custo. Entretanto, é válido ressaltar que no modelo proposto pelos autores, as instituições financeiras foram excluídas da análise.

Na proposta de Anderson, Banker e Janakiraman (2003), os autores utilizam a receita como proxy de volume de produção. Todavia, quando se trata instituições financeiras, o volume e o produto coincidem, pois se tratam do o recurso financeiro (dinheiro). Contudo, mesmo sabendo das limitações da metodologia proposta pelos

autores, esta pesquisa utilizará o modelo de Anderson, Banker e Janakiraman (2003) para testar a assimetria de custos nas cooperativas de crédito.

Por fim, a estrutura desta pesquisa é composta por cinco seções, sendo esta introdução a primeira delas. A base teórica que norteia esta pesquisa é apresentada na segunda seção, e na terceira são descritos os procedimentos metodológicos adotados. Na quarta e penúltima seção serão expostos os resultados obtidos pela pesquisa. Já as considerações finais constam na quinta e última seção.

### **2.2.2 Referencial Teórico**

O sistema financeiro pode ser definido como o conjunto de instituições financeiras que intermediam e possibilitam a transferência de recursos entre poupadores, que dispõem de valores financeiros, e tomadores, que necessitam de valores financeiros para as mais variadas finalidades. Para Torre (2019), o sistema financeiro desempenha um papel fundamental para o crescimento e desenvolvimento econômico de um país, sendo esse, um importante componente da sociedade econômica moderna.

Todavia, é válido ressaltar o alto índice de regulação do funcionamento dos sistemas financeiros em nível global. Na visão de Hillbrecht (1999) o correto funcionamento desses sistemas é garantido tendo em vista que este é um dos setores mais regulados do mundo. Essa regulação é pautada em três motivações básicas que são: I) a garantia de informação tempestiva e disponível aos investidores; II) a garantia do seu adequado funcionamento; e III) a garantia sobre o controle da oferta de moeda.

No Brasil, o sistema financeiro nacional segue a tendência estrangeira e apresenta a mesma rigidez que os demais sistemas financeiros internacionais quanto a regulação. As entidades de controle do sistema financeiro nacional atuam para que os cidadãos e os integrantes do sistema financeiro cumpram as regras definidas pelos normativos, além de serem os responsáveis pela formulação da política da moeda e do crédito nacional (BACEN, 2021).

As instituições financeiras por sua vez, como os bancos, as caixas econômicas e as cooperativas de crédito, atuam no sistema financeiro como operadoras de mercado. Para Silva, Lisboa, Ferreira, Versiani, Sousa & Cordeiro



(2020), as entidades operadoras, entre outras atribuições, são as responsáveis pela intermediação de recursos entre pessoas poupadoras de recursos e pessoas tomadoras de recursos.

A conceituação supracitada pode ser traduzida como a intermediação financeira, ou seja, é a atividade fim de qualquer instituição financeira, e é a principal forma de obtenção de receitas nessas instituições. Mendonça *et. al.* (2018) ressaltam que a intermediação financeira é uma atividade produtiva em que as instituições financeiras captam recursos com a finalidade de repassá-los por meio de operações de crédito.

As receitas geradas pela intermediação financeira ficam conhecidas pela expressão inglesa *spread*, que é a diferença entre a taxa de remuneração paga através da captação de recursos com os poupadores, e a taxa de juros cobrada através da concessão de operações de crédito aos tomadores de recursos. O resultado da intermediação financeira pode ser definido como a soma de todos os *spreads* oriundos das operações de crédito menos as taxas de remuneração de investimentos (ZAERNJUK, KRYUKOVA, BOKAREVA & CHERNIKOVA, 2014).

O cooperativismo, mesmo surgindo sob uma óptica de cooperação e benefício mútuo, também atua nesse sistema como um operador de mercado por intermédio das cooperativas de crédito. Almeida (2008) afirma que a cooperação surgiu na sua forma mais elementar, quando o homem, na busca de elementos indispensáveis à satisfação de suas necessidades e da garantia de sua sobrevivência, procurou a colaboração de seu semelhante para juntos conquistarem um meio alternativo, visando o benefício comum.

De acordo com a OCB (2020), o cooperativismo contribui para a implementação de um desenvolvimento coletivo sustentável por meio de valores e princípios como: propriedade democrática, transparência e responsabilidade social. Recentemente, o cooperativismo abraçou os 17 objetivos de desenvolvimento proposto em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) atuando principalmente em quatro frentes: a proteção ao meio ambiente; o acesso a bens e serviços; a erradicação da pobreza; e a construção de um sistema de alimentação sustentável.

No contexto do acesso a bens e serviços, umas das atividades que se destaca no contexto brasileiro é o cooperativismo de crédito, o qual se torna um dos grandes responsáveis pela disseminação da cultura cooperativista no país. Há, atualmente, mais de dez milhões de associados em cooperativas de créditos espalhadas por todo o território nacional. Esse montante é responsável por quase 70% das cooperações em todos os ramos do cooperativismo no país, ou seja, em muitos lugares as cooperativas de crédito são as portas de entrada das pessoas no segmento cooperativista (OCB, 2020).

Além disso, o cooperativismo de crédito no Brasil atingiu resultados expressivos nos últimos anos. O volume de ativos totais das cooperativas de crédito ultrapassou R\$ 447,8 bilhões; as carteiras de crédito aproximam-se de R\$ 205 bilhões; o volume da carteira de captação é de quase R\$ 235 bilhões; os patrimônios líquidos dessas instituições somam R\$ 62,9 bilhões; e por fim, o lucro líquido obtido em 2020 foi superior a R\$ 4,5 bilhões (BACEN, 2020). Entretanto, por mais expressivos que sejam os montantes administrados e gerados pelas cooperativas de crédito, essas instituições ainda representam uma pequena fatia do sistema financeiro nacional.

Nesse ensejo, dados os números supracitados, que apresentam expressivos valores, algumas características do setor financeiro precisam ser salientadas, como o fato recorrente dessas instituições buscarem captação de recursos. Para Goulart (2007), as buscas constantes de depósitos em captação remetem a uma outra particularidade do setor bancário: a necessidade de construir e manter uma imagem de solidez financeira.

Goulart (2007) ainda reitera que construir e manter uma imagem de solidez envolve implicitamente uma boa situação de liquidez, uma boa capacidade de geração de resultados, além de controles internos eficazes e uma gestão de riscos adequada. Pode-se justificar que essa imagem de solidez está associada intimamente ao processo constante de captação, em virtude de que os poupadores de recursos só farão seus investimentos em instituições com boas perspectivas e que não estejam sujeitas a perdas que coloquem em riscos o seu patrimônio.

Uma das maneiras de contribuir para perdurar essa imagem sólida e eficiência é a gestão, que além de possibilitar a geração de valor nas instituições, também auxilia na melhora no desempenho, e, conseqüentemente, minimiza a utilização de recursos

próprios. Segundo Mendonça *et. al.* (2018), os resultados financeiros são frutos de decisões tomadas em todos os níveis dos processos empresariais, e que a utilização eficiente dos recursos tende a levar à redução de custos. Com isso, Coronetti, Beuren & De Sousa (2012) salientam que o gerenciamento de custos nos processos de gestão, torna-se um mecanismo capaz de assegurar o domínio de fatores que interferem nas operações das instituições. Nesse mesmo viés, Raupp & Beuren (2014), destacam que as informações de custos, sejam elas com enfoque interno ou externo a instituição, podem ser utilizadas para o desenvolvimento de estratégias e um melhor gerenciamento dos próprios custos.

Horngren, Datar & Foster (2004) destacam que os gestores das organizações fazem a utilização das informações de custos para escolher, comunicar e implementar estratégias. Além disso, os autores ainda salientam que a gestão de custos serve para coordenar projetos do produto a produção e as decisões de comercialização. Dessa forma, cabe ressaltar que a gestão de custos é uma parte bastante significativa em uma organização, de forma a subsidiar informações úteis aos seus gestores para tomada de decisão.

Martins (2018) corrobora que a gestão de custos figura como parte da contabilidade de custos em razão de três funções bastante relevantes: o auxílio no planejamento, no controle e na ajuda às tomadas de decisões. Num cenário econômico cada vez mais globalizado, em que a disputa de mercado é bastante acirrada, surge uma nova frente na gestão de custos, que foi denominada de gestão estratégica de custos. De acordo com Souza, Silva & Pilz (2010), a gestão estratégica de custos contribui para que as empresas consigam assegurar vantagens competitivas no mercado.

Segundo Quesado e Rodrigues (2007) a gestão estratégica de custos é um processo voltado à melhoria contínua e à criação de valor para o cliente. As autoras ainda contribuem que isso é possível não apenas na análise dos processos em que há agregação de valor por parte da empresa, mas na cadeia de produção de uma maneira geral. Prado (2004) contribui que a finalidade principal da gestão estratégica de custos é fornecer informações que as empresas necessitam para proporcionar valor, qualidade e oportunidade que os clientes desejam.

A gestão estratégica de custos é visualizada sob uma óptica mais ampla, em que os elementos estratégicos se tornam mais conscientes, explícitos e formais. Nessa visão, os dados de custos são utilizados para o desenvolvimento de estratégias superiores objetivando obter vantagens competitivas (De Gregori & Flores, 2010). Para Leone (2000), a gestão estratégica de custos é uma atividade que se aproxima a um centro processador de informações, produzindo-as para os diversos níveis gerenciais. Nesse ensejo, o comportamento dos custos se torna um aliado relevante na gestão estratégica de custos, trazendo informações para os mais variados agentes, sejam eles pesquisadores, usuários internos da organização como.

Assim, diversos estudos nos mais variados setores e países já foram realizados com o objetivo de identificar esse comportamento. Carmo, Lima, Oliveira & Oliveira (2011) utilizaram um modelo de regressão linear para verificar o comportamento dos custos no agronegócio; Gomes, Lima & Steppan (2007) analisaram as variações nos custos de energia elétrica em áreas da saúde; Borget, et. al. (2015) verificaram o comportamento dos custos nas empresas de telecomunicações listadas na BM&FBovespa.

Já no setor financeiro, Okeahalam (2009) analisou o comportamento dos custos em agências bancárias sul-africanas, concluindo que alguns serviços têm efeitos mais significativos nesse comportamento que outros. Além disso, o autor identificou que os bancos da África do Sul possuem baixa eficiência operacional e alto poder de mercado. Já Werbin (2011), investigou os chamados custos *sticky* nos bancos argentinos entre 2005 e 2007 em face ao aumento das receitas.

Ainda no setor financeiro Dierynck, Landsman & Renders (2012) investigaram a influência dos incentivos aos gerentes de bancos para alcançar as metas estabelecidas no comportamento dos custos trabalhistas em organizações da Bélgica. Os autores identificaram um comportamento simétrico dos custos ao observar que as organizações que possuem incentivos para o atingimento de metas limitam o aumento dos custos trabalhistas resultante de um aumento nas atividades.

Diante disso, o comportamento dos custos pode ser entendido como o modo em que os custos se alteram em decorrência das inúmeras variações, como por exemplo os níveis de atividades e os volumes de vendas e de estrutura operacional, relacionando-os com as influências ambientais, sociais e econômicas (RICHARTZ,

2013). Dessa forma, ainda que haja complexidade no entendimento do comportamento e das variáveis de custos, estas informações podem ser utilizadas para muitas finalidades, inclusive como parâmetros de eficiência (BORGET ET. AL., 2015).

Cabe ressaltar que a grande maioria dos estudos da atualidade seguem a modelagem estatística proposta por Anderson, Banker & Janakiraman (2003) que visa discutir o comportamento dos custos chamados de “*sticky*”. Na pesquisa, os autores analisaram as deliberações acerca dos custos de ajustamento, apresentando um modelo que visou mensurar o comportamento assimétrico dos custos, desmistificando-os e abrindo portas para inúmeros setores da economia validarem essa proposta.

Nesse ensejo, Marostica, Borgert, Souza & Petri (2015) salientam a relevância em conhecer o comportamento dos custos. Os autores destacam que costumeiramente algumas análises de desempenho são realizadas apenas comparando despesas variadas com a receita líquida. Entretanto essa análise pode ser incorreta caso não seja observado o comportamento dos custos frente a oscilação da receita, e pode ser melhorada quando da compreensão de como os custos afetam a receita.

Além disso, ainda na perspectiva dos diversos agentes que utilizam das informações do comportamento de custos principalmente nas tomadas de decisões, Kama & Weiss (2013) trouxeram contribuições à medida em que exploraram fatores explicativos, e afirmaram que decisões intencionais tendem a diminuir a assimetria dos custos. Para eles, uma parte das decisões dos gestores tem influência de conflito de agência, em que as escolhas intencionais dos gestores podem afetar os custos tanto para maximização quanto para minimização de vendas.

Kremer (2015) também abordou os fatores explicativos a medida em que objetivou identificar a influência deles no comportamento assimétrico dos custos em empresas brasileiras reguladas que estão listadas na BM&FBovespa. A autora destacou que essas organizações por estarem sujeitas a agências reguladoras possuem uma grande pressão para manter as estruturas de custos enxutas, diferentemente de outras organizações do mercado. A pesquisa concluiu que naquela realidade, o otimismo e pessimismo dos gestores, a intensidade da folha de

pagamento e o grau de imobilização contribuem para a diminuição da assimetria dos Custos dos Produtos Vendidos (CPV) e Custos Totais.

Nesse viés, Banker, Byzalov, Ciftci & Mashruwala (2014) também trouxeram significativas contribuições a fatores explicativos acerca do comportamento de custos. Os autores aperfeiçoaram a explicação do comportamento de custos ao atribuir o comportamento *sticky* a condição de um aumento na receita do período anterior, enquanto a redução da receita no período anterior teria um comportamento *anti-sticky*.

As pesquisas sobre o comportamento dos custos em instituições financeiras ainda são um pouco tímidas na literatura. No entanto, D'Oliveira (2014) utilizou um método chamado Análise da Fronteira Estocástica (SFA) para mensurar a eficiência na gestão de custos em bancos. Os resultados desta pesquisa demonstraram uma relação significativa e positiva entre a eficiência nos custos e a rentabilidade dos bancos, mostrando que a eficiência em custos é um fator influenciável ao resultado das instituições financeiras pesquisadas.

Já a pesquisa de Porporato & Werbin (2010) se propôs a estudar o comportamento de custos em bancos da Argentina, Brasil e Canadá, de forma a testar se há assimetria dos custos fixos nessas instituições. A pesquisa resultou na confirmação em ambos os países de que à medida que as instituições expandem, os custos crescem, mesmo que em proporções diferentes em cada nação. Dentre outros aspectos, a pesquisa também salientou que bancos com maiores custos fixos apresentam uma menor redução em caso de oscilação negativa de demanda ou receita.

Dessa forma, diante dos estudos abordados, esta pesquisa busca contribuições na temática de comportamento de custos, em especial nas instituições financeiras. Além disso, a literatura fornece indícios que a eficiência em custos pode influenciar a rentabilidade nas instituições financeiras como um todo. Entretanto, identificar a magnitude do impacto que essa eficiência tem sobre as receitas de intermediação financeira no cooperativismo de crédito, pode contribuir para o avanço do conhecimento nessa área. Na sequência, os passos da formatação são especificados e detalhados.

### 2.2.3 Metodologia

Na perspectiva metodológica, o enquadramento desta pesquisa quanto aos objetivos, de acordo com Gil (1999) é descritiva, pois tem como principal objetivo relatar quais as características específicas e descrever as relações entre variáveis de uma população amostral. Com isso, esta pesquisa evidenciará e relatará as relações entre os custos e as receitas de intermediação financeira em instituições financeiras cooperativas.

Já em relação aos procedimentos, essa pesquisa fará um levantamento de dados documentais. Para Gray (2012), este tipo de pesquisa avalia as características de uma determinada população em um determinado espaço de tempo. Portanto, essa pesquisa utilizará de informações de demonstrações contábeis das cooperativas de crédito selecionadas na população amostral.

Ainda segundo Gray (2012), quanto a abordagem do problema, esta pesquisa classifica-se como quantitativa, visto a utilização de estatística para consecução dos resultados. Nesse tipo de abordagem o objetivo central é descrever quais as características básicas do objeto em estudo através de uma análise estatística das variáveis fundamentais para tal.

Ressalta-se que a pesquisa está tratando de instituições financeiras, em específico de cooperativas de créditos. A população amostral selecionada se deu pela representatividade das cooperativas escolhidas, uma vez que será analisada a maior cooperativa de crédito do país em valores totais em carteiras de crédito e captação (BACEN, 2020). Além disso, também constam na amostra todas as demais cooperativas singulares pertencentes a mesma central cooperativa em que a referida faz parte, totalizando 13 cooperativas de crédito, que estão sediadas nos três estados do sul do Brasil.

O período selecionado para análise dos dados foi de 2015 a 2020, e justificou-se pelo expressivo crescimento observado nas cooperativas de crédito nesse espaço de tempo. Cabe ressaltar que todos os participantes do sistema financeiro nacional apresentaram crescimento no período selecionado. Entretanto, nenhum participante com crescimentos tão expressivos quanto as cooperativas de crédito. O corte temporal inicial também se justifica devido à padronização dos dados financeiros da

central e suas filiadas no formato atual e o corte final por ser a última informação disponível.

Os dados fornecidos pelas cooperativas de crédito no período supracitado totalizaram um volume de informações de 72 observações por cooperativa, visto que para cada ano foram disponibilizados as demonstrações contábeis mensais. Consequentemente, a amostra total resultou em 936 observações. Cabe ressaltar que para equalizar os valores dos dados, foram utilizados dados em logaritmo.

Dessa forma, o objetivo da pesquisa consiste no estudo das variações identificadas no faturamento das cooperativas de crédito da amostra, por meio das receitas de intermediação financeira que se relacionam com dados de custos. Os itens de custos analisados são: I) despesas com provisões para devedores duvidosos; II) despesas administrativas; III) despesas de pessoal; e IV) despesas totais (somatório de despesas de provisões para devedores duvidosos, despesas administrativas e despesas de pessoal).

Cabe ressaltar que nas pesquisas citadas que utilizaram a metodologia Anderson, Banker & Janakiraman (2003) em instituições financeiras, Werbin (2011) também utilizou como variável dependente a despesa administrativa, em que a autora chamou de “gastos administrativos”. Para a variável independente, a autora além de utilizar a receita com intermediação financeira, somou todas as outras receitas existentes em instituições financeiras, como por exemplo, receitas de serviços.

Diferentemente desta pesquisa, Okeahalam (2009) utilizou como variável independente apenas as receitas de serviços, tendo os próprios custos dessas receitas de serviços como variável dependente, excluindo assim os outros custos, como por exemplo, administrativos, pessoal etc. Já Dierynck, Landsman & Renders (2012), utilizaram a remuneração dos gerentes de bancos como variável independente, frente os custos trabalhistas realizados pelas instituições belgas como variável dependente.

Quadro 1: Variáveis de análise

<b>Tipo de Variável</b>	<b>Variável</b>	<b>Descrição</b>
Independente	Receita com intermediação financeira	Receita da atividade fim das cooperativas
Independente	<i>Dummy</i> de redução da receita	Evidencia a modificação no comportamento dos



		custos/despesas quando a receita sofre uma queda em relação ao período anterior
Dependente 1	Despesa com provisão para devedores duvidosos	Despesa com o provisionamento para devedores duvidosos em relação as liberações de crédito efetuadas
Dependente 2	Despesa administrativa	Despesas para manutenção e gestão das cooperativas
Dependente 3	Despesa de pessoal	Despesas de salários, encargos e benefícios
Dependente 4	Despesa total	Somatório de todas as demais despesas descritas

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Conforme Quadro 01, busca-se evidenciar o comportamento de 4 grupos de despesas distintas. Dessa forma elabora-se 4 modelos de regressão similares, um para cada variável dependente. Cabe ressaltar que despesas e custos estão sendo tratados nesta pesquisa como sinônimos, apesar dos dados se referirem a concepção de custos, a central Ailos denomina-os como despesa. O modelo utilizado para análise do comportamento dos custos das cooperativas de crédito é elaborado a partir da adequação do modelo consolidado na literatura de Anderson, Banker e Janakiraman (2003) e pode ser descrito da seguinte forma:

#### Equação 1: Modelo de comportamento dos custos

Modelo de comportamento dos custos

$$\log \left( \frac{Custo_{i,t}}{Custo_{i,t-1}} \right) = \beta_0 + \beta_1 \log \left( \frac{REC_{i,t}}{REC_{i,t-1}} \right) - \beta_2 \left( \frac{REC_{i,t}}{REC_{i,t-1}} \right) + \varepsilon_{i,t}$$

Fonte: Adaptado de Anderson Banker e Janakiraman (2003).

Conforme evidenciado na Equação 1, a análise será realizada por meio da comparação entre a realização das receitas com intermediação financeira, aqui chamada Variável Independente (REC), e para tal, analisam-se as despesas mencionadas anteriormente, por ora definidas como variáveis dependentes (Custos).

Tais variáveis, foram “tratadas” para evitar distorções nos resultados, tendo sido relativizadas por meio da variação de (de)crescimento em relação ao período anterior.

Destaca-se que a receita de intermediação financeira se assume como *proxy*, pois mostra o volume financeiro dos negócios gerados. Esse tipo de interação com receita assumindo esse papel de *proxy*, já é consolidado na literatura internacional para verificação do comportamento assimétrico de custos, quando se refere a empresas de bens e serviços. Todavia utilizaremos essa receita para validação do comportamento de custos em cooperativas de crédito. Cabe destacar que, tendo em vista os diferentes volumes de receitas das cooperativas analisadas, utilizamos logaritmos para suavização das possíveis discrepâncias.

Além disso, após a relativização da base por meio da comparação entre períodos subsequentes, os dados foram colocados em base logarítmica para posterior análise através de regressão múltipla dos dados. Anderson, Banker e Janakiraman (2003) ressaltam que a escolha pela utilização da base logarítmica melhora a comparabilidade entre as variáveis, minimizando a heterocedasticidade potencial da amostra em virtude principalmente pela variedade entre o tamanho das organizações, que, na presente pesquisa se configuram como as cooperativas de crédito.

Cabe ressaltar que além da base de receitas de intermediação financeira, foi criada uma variável independente *dummy* do tipo binária-categórica, de forma a considerar as variações ocorridas de um mês para o outro em que houve variação maior que 1. Dessa forma, quando houvesse variação menor que 1, a *dummy* assumiria valor 1, e quando houvesse variação maior que 1, a *dummy* assumiria valor 0. Para fins do modelo de regressão, os valores da *dummy* foram multiplicados pela variação da receita apresentada.

Ressalta-se também que os outliers identificados na base de dados foram removidos para evitar anomalias nos resultados obtidos na análise. Os dados outliers são aqueles dados que se diferenciam drasticamente de todos os demais. Para isso, foi utilizada a estratégia de eliminar todos aqueles que apresentaram variação superior a 1,5 vezes a variação entre o quartil inferior e o quartil superior da base de dados.

Já para regressão múltipla dos dados, alguns pressupostos básicos foram verificados como por exemplo: a homocedasticidade, para verificar a variância constante dos termos de erros; a autocorrelação, a fim de verificar a aleatoriedade e

independência dos resíduos; e a multicolinearidade, para verificação da correlação elevada entre as variáveis explicativas da base (GUJARATI & PORTER, 2011).

O método de análise para a regressão utilizada foi o método conhecido como a máxima verossimilhança restrita. Para Resende *et. al.* (1996), esse método é considerado uma ferramenta poderosa e elegante de seleção de dados por realizar simultaneamente as operações de estimação dos efeitos fixos por quadrados mínimos generalizados.

Por fim, o tratamento estatístico dos dados da base foi realizado por meio da estimação do modelo de regressão proposto no software R Studio. Este sistema auxiliou na identificação do comportamento das despesas com provisões para devedores duvidosos, despesas administrativas e despesas de pessoal em relação a receita de intermediação financeira de cada cooperativa. Destaca-se que as despesas foram tratadas como variáveis dependentes e a receita de intermediação financeira e a *dummy* de interação como a variável independente.

#### 2.2.4 Resultados e Discussões

Nesta seção serão apresentados as análises e discussões da pesquisa realizada acerca do comportamento dos custos nas instituições financeiras cooperativas vinculadas à Central Ailos. Objetivando explicar o comportamento dos custos, foram tratados como variáveis dependentes além das despesas com provisão para devedores duvidosos, as despesas administrativas e as despesas de pessoal.

Para estas análises considera-se 90% o grau de confiança aceitável aos achados da pesquisa, ou seja, considera-se aceitável a probabilidade de t menor ou igual a 0,10 para todos os coeficientes. Na tabela abaixo apresenta-se alguns dados da amostra de cooperativas estudadas:

Tabela 1: Dados das cooperativas analisadas (MM).

<b>Cooperativa</b>	<b>Total de Ativos (2020)</b>	<b>Total de PL (2020)</b>	<b>Resultado Acumulado (2015-2020)</b>
Cooperativa A	7.942.320	1.159.830	1.333.846
Cooperativa B	348.439	37.937	8.119
Cooperativa C	137.514	20.107	6.549

Cooperativa D	181.934	28.153	11.349
Cooperativa E	414.473	59.141	22.735
Cooperativa F	40.957	6.680	2.226
Cooperativa G	585.338	69.634	33.269
Cooperativa H	126.172	19.397	7.396
Cooperativa I	380.183	73.795	34.910
Cooperativa J	117.725	24.738	13.540
Cooperativa K	314.857	43.230	9.359
Cooperativa L	281.778	34.102	19.658
Cooperativa M	774.152	117.009	82.489

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

### 2.2.5 Análise da Variável Despesa com Provisão para Devedores Duvidosos

Por meio da análise estatística apresentada na Tabela 2, evidencia-se o comportamento assumido pelas despesas de provisão diante de aumentos e quedas na receita com intermediação financeira das cooperativas do sistema Ailos.

Quadro 2: Modelo do comportamento das despesas de provisão da central Ailos.

<b>Despesa com Provisão para Devedores Duvidosos</b>	<b>Estimativas</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Teste T</b>	<b>Significância</b>
Intercepto	0,028040	0,011170	2,511	0,0122
Receitas de Intermediação Financeira	-0,241120	0,478020	-0,504	0,6141
<i>Dummy</i> de redução da receita	1,413920	0,856560	1,651	0,0992

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Nessa primeira análise, observa-se o comportamento da variável dependente despesa com provisão para devedores duvidosos, calculada em relação ao *rating* de cada cooperado frente as operações de crédito tomadas. Ao ser considerado um nível de confiança de 10% assumido, apenas o intercepto que representa a parte fixa das despesas com provisão e a *dummy* que evidencia a alteração do comportamento das despesas de provisão diante de quedas na receita se mostraram significativas.

Assim, as análises se limitam a interpretação de que a parcela fixa das despesas com provisão representa uma parcela ínfima do custo total (0,028). Além disso, destaca-se que, o próprio sinal dos coeficientes para aumentos e reduções na receita não seguem o exposto por Anderson, Banker & Janakiraman (2003). Ou seja,

o coeficiente de receitas de intermediação (*dummy*) esperado pela metodologia proposta é positivo (negativo), enquanto o resultado evidenciou justamente o contrário.

### 2.2.6 Análise da Variável Despesas Administrativas

Em relação às despesas administrativas, o Quadro 3 apresenta a análise estatística para evidenciação do modelo que explica o comportamento entre esses custos e a receita de intermediação financeira, indicam uma tendência significativa no modelo apresentado, conforme pode ser observado na Quadro 3:

Quadro 3: Modelo do comportamento das despesas administrativas da central Ailos.

<b>Despesa Administrativa</b>	<b>Estimativas</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Teste T</b>	<b>Significância</b>
Intercepto	0,005658	0,001544	3,665	0,000262
Receitas de Intermediação Financeira	0,105285	0,065511	1,607	0,108378
<i>Dummy</i> de redução da receita	-0,082581	0,121593	-0,679	0,497213

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Analisando o exposto na Quadro 3, é possível verificar que o modelo proposto explica a variação das receitas de intermediação financeira frente a variação da despesa administrativa. Entretanto, quando se analisa a *dummy* de interação especificamente, não há uma relação significativa identificada, independentemente do tipo de variação ocorrida em relação ao período anterior analisado, que é o pressuposto da *dummy*.

Para as despesas administrativas é possível inferir que, para cada 1% de aumento das receitas com intermediação financeira as despesas administrativas aumentam 0,10% ( $\beta_1$ ) e, quando as receitas decrescem 1% as despesas administrativas decrescem em menor proporção devido ao sinal negativo da *dummy* de redução da receita ( $\beta_1 + \beta_2$ ).

Não é possível ter certeza de qual é o montante a menor desse comportamento, pois a variável não apresentou o nível de significância assumido. Ou seja, o comportamento identificado pode ser compreendido como um comportamento

do tipo *sticky costs* em que o custo aumenta em uma proporção maior do que decresce em relação às variações de receita de intermediação de mesma proporção.

A baixa proporção de aumento nas despesas administrativas frente a flutuações da receita de intermediação (apenas 10%) é compatível com o negócio das cooperativas de crédito pois essa despesa é composta por gastos com água, luz, manutenção etc. o que representa uma pequena parte dos gastos com a obtenção de receitas com intermediação, mesmo essa relação sendo significativa.

### 2.2.7 Análise da Variável Despesas de Pessoal

As despesas de pessoal são compostas pelos gastos com folha de pagamento e encargos dos funcionários do sistema Ailos. O objetivo dessa análise é compreender se o comportamento dessas despesas pode ser explicado pelo volume de intermediação financeira negociada no período. O quadro 5 em que é apresentado a análise estatística para evidencição da significância entre esses custos e a receita de intermediação financeira, não indicam significância no resultado apresentado no modelo, conforme pode ser observado abaixo:

Quadro 4: Modelo do comportamento das despesas de pessoal da central Ailos.

<b>Despesa de Pessoal</b>	<b>Estimativas</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Teste T</b>	<b>Significância</b>
Intercepto	0,006734	0,001578	4,267	0,0000222
Receitas de Intermediação Financeira	0,077173	0,066622	1,158	0,247
<i>Dummy</i> de redução da receita	-0,082047	0,118908	-0,690	0,490

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Observa-se que a significância das variáveis independente do modelo ultrapassa o nível de confiança de 10% aceitável. Isso significa que não é possível analisar os valores dos coeficientes para explicar o comportamento das despesas com pessoal que engloba, os salários, encargos e benefícios.

Contudo, é possível inferir que, assim como os gastos com despesas administrativas, os coeficientes da receita (positivo) e da *dummy* (negativos) seguem

o proposto na teoria do comportamento assimétrico dos custos, sistematizados no estudo de Anderson, Banker & Janakiraman (2003).

Porém a falta de significância das variáveis explicativas demonstra uma incerteza sobre qual é a influência que a receita de intermediação financeira impõe sobre o comportamento da despesa de pessoal. Okeahalam (2009) já havia concluído que algumas variáveis apresentam variações de maior relevância que outras.

### 2.2.8 Análise da Variável Despesas Totais

Em relação as despesas totais, a tabela abaixo em que é apresentado a análise estatística para evidenciação da significância entre esses custos e a receita de intermediação financeira, indicam uma tendência pouco significativa no modelo apresentado, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Quadro 5: Modelo do comportamento das despesas totais da central Ailos.

<b>Despesas Totais</b>	<b>Estimativas</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Teste T</b>	<b>Significância</b>
Intercepto	0,014542	0,003709	3,921	0,0000952
Receitas de Intermediação Financeira	-0,149617	0,156569	-0,956	0,3395
<i>Dummy</i> de redução da receita	0,530374	0,282536	1,877	0,0608

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Considerando um nível de confiança de 10%, observa-se que para a variável independente receita de intermediação não se apresentou significativa em relação ao comportamento das despesas totais, representado pela soma da provisão com devedores duvidosos, despesas administrativas e despesas de pessoal, pagos ou incorridos. Devido ao valor das despesas com provisão para devedores duvidosos ser proporcionalmente superior as despesas administrativas e com pessoal, o comportamento assumido pelas despesas totais segue àquele identificado para as despesas com provisão.

Isso fica claro especialmente pela análise dos sinais dos coeficientes que apresentaram um comportamento que refuta o proposto pelos estudos de Anderson

Banker & Janakiraman (2003), e os estudos posteriores especialmente àqueles que estudaram as instituições financeiras como Porporato & Werbin (2010).

### **2.2.9 Considerações Finais**

A gestão de custos representa na atualidade um diferencial competitivo nas organizações, uma vez que a inexistência de gerenciamento e controle se torna difícil o atingimento de bons resultados, bem como se o retorno desejado está sendo satisfatório na realização da atividade. Cabe ressaltar que a correta avaliação dos custos possibilita o aumento da eficiência e da qualidade produtiva de uma organização, corroborando com a pesquisa de Marostica *et. al.* (2015) que as observações do comportamento dos custos podem trazer vantagens tanto econômica quanto financeiras.

As despesas com provisão de devedores duvidosos são em instituições financeiras o custo principal pela retração nos resultados, uma vez que a medida que crescem os volumes de liberações de crédito, crescem os valores a serem provisionados. No cooperativismo de crédito essa máxima pode ser verificada e validada. Por isso, esse grupo de despesas, bem como as despesas administrativas e de pessoal necessitam ser avaliadas, visto que os resultados dessas organizações visam remunerar aos seus associados.

Sendo assim, identificar o comportamento desses custos frente a receita de intermediação financeira foi o objetivo dessa pesquisa. Os resultados identificados evidenciam baixa significância na explicação do comportamento das despesas a partir da flutuação das receitas de intermediação de forma geral. Esse resultado pode ser compreendido de forma que, o modelo proposto por Anderson, Banker & Janakiram (2003) propuseram o modelo em que a receita funciona como proxy para volume pois analisaram uma diversidade de setores de atuação. Contudo, no caso das cooperativas de crédito, eventualmente a receita de intermediação financeira, apesar de evidenciarem a atividade fim, estão relacionadas muito mais ao volume financeiro negociado do que o volume de negócios feitos.

Isso significa que, eventualmente, um menor número de clientes que aportam um maior volume financeiro em negócios com a cooperativa pode impactar essa



relação. Tendo em vista que a estrutura demandada e a provisão exigida para atender menos clientes mais qualificados é também menor.

Os resultados evidenciam que, as despesas administrativas e com pessoal seguem, de forma geral, pela análise do sinal dos coeficientes do modelo, o comportamento *sticky costs* descritos pela literatura do comportamento dos custos. Em contrapartida, as despesas com provisão para devedores duvidosos e as despesas totais não corroboram com a teoria da assimetria dos custos.

Ao relacionar os resultados desse estudo com os resultados da pesquisa de Okeahalam (2009), pode-se perceber semelhanças a medida em que o autor concluiu que existem serviços que apresentam variações de maior significância que outros. Da mesma forma que Porporato & Werbin (2010) também se identificou a tendência de *sticky* nas cooperativas de crédito estudadas nessa pesquisa.

Ressalta-se que esta pesquisa atendeu ao objetivo proposto através de uma metodologia baseada no modelo de regressão para descrever os padrões de comportamento dos principais custos num grupo de cooperativas de crédito. Para isso, utilizou-se o método de estimação por meio da máxima verossimilhança para buscar responder aos questionamentos propostos na metodologia de pesquisa, identificando que dentre as variáveis estudadas não houve a mesma forma de influência.

Por fim, cabe ressaltar ainda que este estudo contempla um setor específico da economia brasileira, sendo necessário o aprimoramento das referidas análises noutros estudos específicos a cada umas das variáveis de custos estudadas, a fim de verificar se em outros grupos de cooperativas de crédito ocorrem os mesmos resultados e diagnósticos. Além disso, dada a pluralidade do setor de instituições financeiras sugere-se também a aplicação dessa metodologia noutras instituições desse grupo.

## 2.3 ARTIGO 2 – ANÁLISE DOS CUSTOS DE AGÊNCIA EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UM COMPARATIVO ENTRE COOPERATIVAS DE CRÉDITO E BANCOS

### 2.3.1 Introdução

A composição do atual Sistema Financeiro Nacional (SFN) brasileiro pode ser compreendida a partir de um grupo de instituições financeiras que transferem recursos de agentes superavitários para deficitários. Para Vieira, Pereira e Pereira (2012), o SFN é uma das vigas mestras do desenvolvimento brasileiro. Contudo, para que o SFN tivesse a robustez da estrutura atual, observou-se algumas fragilidades nas suas primeiras décadas de estruturação.

A criação do SFN aconteceu no período colonial, contudo o grande avanço no SFN se deu com as reformas financeiras ocorridas durante a ditadura militar em 1964 e 1965, inspirado no modelo norte-americano, estabelecendo um sistema baseado em instituições especializadas (bancos comerciais, bancos de investimento, financeiras e o sistema financeiro de habitação). Na prática, o sistema financeiro oriundo pós-reformas adotadas foi bem menos segmentado do que a legislação indicava (CARNEIRO & MARCOLINO, 2010).

A lei nº 4.595/1964 introduziu a correção monetária, proporcionando ao sistema bancário maior capacidade de captação de recursos. Dessa forma, o governo permitiu que o Brasil tivesse um sistema financeiro segmentado e supervisionado pelo Banco Central, uma entidade federal que regulamenta e controla o setor bancário, executando também as políticas monetárias e cambiais do país, desde então, até a atualidade.

O cooperativismo de crédito tem como grande marco de normatização o início da vigência da resolução nº 3.106/2003 do Banco Central do Brasil (BACEN). Para Lima, Araújo e Amaral (2008), desde a publicação da referida resolução do BACEN, surgiram várias novas cooperativas de crédito devido a regulamentação da constituição de novas cooperativas. Além disso, algumas cooperativas de crédito aproveitaram as possibilidades implementadas para transformação das cooperativas existentes em livre admissão.

Nesse contexto, da mesma forma que algumas outras empresas do mercado, as instituições financeiras regulamentadas pelo SFN, também, têm seu crescimento potencializado pela separação entre acionistas e gestores e, por consequência, o desmembramento da propriedade. Para Silva, Oliveira, Melo e Luz (2018), essa segregação gera potenciais benefícios e custos da separação entre propriedade e gestão.

Fernandes (2014) afirma que essa segregação, mesmo que vantajosa para o nível de desenvolvimento das empresas, pode gerar conflitos que impactam no funcionamento das empresas. A autora ratifica que esses conflitos são chamados de problemas de agência e derivam de duas razões principais: a primeira aborda que os diferentes participantes têm objetivos e preferências diferentes; já, a segunda refere-se à assimetria informacional, no qual as informações podem ser incompletas sobre as ações, conhecimento e preferências dos demais participantes.

Os conflitos de agência tornaram-se importantes a partir da evolução dos mercados de capital (LIMA *et al.*, 2008). Para Segatto-Mendes (2001), a teoria da agência proporcionou uma análise das diferentes relações que ocorrem dentro de uma empresa, que normalmente envolve um agente principal (proprietário) que solicita a um agente (gestor) que atua por sua conta e defendendo seus interesses, sendo oferecido em troca dos serviços uma remuneração.

A teoria da agência, também conhecida como teoria do agente-principal, ou gestor e proprietário, foi desenvolvida por Jensen e Meckling (1976). A premissa básica da teoria da agência é a existência de um mercado regido por contratos firmados entre os agentes econômicos, podendo ser entre empresas, governo ou pessoas físicas. Portanto, toda a atividade econômica pode ser reduzida a contratos bilaterais firmados ou rompidos a qualquer momento por qualquer uma das partes (Lima et al., 2008).

A segregação entre gestor e proprietário, ou a falta de, é que se daria a origem dos problemas de governança, conforme Dallabrida e Becker (2003). Nesse contexto, o Banco Central do Brasil (2008) elaborou e organizou um material com olhares voltados as cooperativas de crédito intitulado “Diretrizes para boas práticas de Governança em Cooperativas de Crédito”, em que afirma ser função da governança corporativa assegurar que os gestores deixem de atender seus próprios interesses e atendam aos interesses dos proprietários ou dos sócios, em caso de cooperativas de crédito.

As instituições financeiras, cooperativas ou não, atuam da mesma forma que outras empresas e estão expostas aos mesmos problemas citados na teoria da agência. Essas instituições têm como principal diferença o fato de utilizarem os recursos de terceiros para executar suas funções básicas, ou seja, captando recursos

e transformando-os em produtos e serviços. Por isso, a principal finalidade do setor bancário é a intermediação financeira, em que se caracteriza a captação de recursos financeiros de agentes superavitários e seu repasse para agentes deficitários, após a realização de análise detalhada do risco de crédito (MANTOVANI; SANTOS, 2015).

Neste sentido, a possibilidade de ocorrência de problemas de agência em instituições financeiras cooperativas ou não, e tendo em vista a escassez de estudos voltados a esse segmento, no que tange a custos no segmento financeiro, tem-se o seguinte problema de pesquisa: como os custos de agência se comportam em cooperativas de crédito e em bancos?

Na prática, identificar se há diferença no comportamento dos custos de agência em cooperativas de crédito e bancos poderá contribuir para que a alta gestão dessas organizações possam direcionar esforços no desenvolvimento de ações que estabeleçam a melhor gestão para os seus custos.

Assim, o objetivo da realização desse estudo é verificar se os custos de agências em instituições que atuam no mesmo segmento, mas com formas de atuação e constituição distintas, possuem as mesmas variações. Goulart (2007) destaca que as instituições financeiras desenvolvem atividades, sobretudo relacionadas a intermediação financeira, de grande relevância para o desenvolvimento econômico do país.

Por fim, esta pesquisa justifica-se para entender se os custos de agências em organizações no mesmo nicho de mercado, no caso instituições financeiras, apresentam a variação quando verificado o retorno de ativo e a relação do faturamento com as chamadas despesas discricionárias.

### **2.3.2 Gestão De Custos Nas Instituições Financeiras**

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) segue um padrão de regulação internacional através do conjunto de instituições financeiras que intermediam e possibilitam a transferência de recursos entre superavitários (poupadores) e deficitários (tomadores). Hillbrecht (1999) afirma que o correto funcionamento desse sistema ocorre principalmente por esse segmento ser um dos mais regulados no mundo.

Vieira *et al.* (2012) relembram que o primeiro movimento para criação do SFN aconteceu em 1808 com a chegada da família real portuguesa ao Brasil e, conseqüentemente, o advento da criação do primeiro banco do Brasil. Todavia, foi a partir de 1838 que se inicia um sistema bancário orientado ao fomento econômico, com a captação de recursos e a concessão de crédito.

Ao longo dos anos, vagarosamente, o SFN foi aprimorado, e, em 1905, se instituiu uma regulamentação legal do sistema bancário existente, iniciando assim a normatização e controle estatal do setor. Em 1920 ocorreu um novo avanço com a criação do primeiro órgão fiscalizador dos bancos existentes a Inspeção Geral dos Bancos.

A regulação do SFN está em três motivações básicas: a) garantia de tempestividade das informações e sua divulgação aos investidores; b) garantia do seu funcionamento adequado; c) garantia do controle da oferta de moeda (HILLBRECHT, 1999). Para Torre (2019), o sistema financeiro nacional desempenha um papel de extremo destaque no crescimento e desenvolvimento de um país, e é um importante componente na sociedade econômica moderna.

As instituições financeiras personificam as entidades mais presentes no cotidiano atual, em que podemos exemplificar as cooperativas de crédito, os bancos e as caixas econômicas. Silva, Lisboa, Ferreira, Versiani, Sousa e Cordeiro (2020) afirmam que as instituições financeiras são as entidades operadoras do SFN que tem a responsabilidade pela intermediação de recursos entre tomadores e poupadores.

Mendonça *et. al.* (2018) ressaltam que a intermediação financeira é a atividade produtiva das instituições financeiras, captando recursos e repassando-os através de operações de crédito. Ou seja, é a atividade fim de qualquer instituição financeira, sendo a principal forma de obtenção de receitas em todos os tipos dessas instituições.

A receita de intermediação financeira indiretamente é impactada por todos os custos gerados em instituições financeiras, uma vez que quanto maior os custos, maior a receita necessária para gerar resultados positivos. A gestão dos custos pode contribuir para a sobrevivência ou para a permanência das organizações no mercado, dessa forma, compreender o comportamento dos custos em respostas às mudanças nos níveis de atividades de produção e vendas é claramente crítico para a

administração de qualquer empresa (ATKINSON, BANKER, KAPLAN & YOUNG, 2000).

De acordo com Atkinson *et. al.* (2000), o comportamento dos custos é o foco dos tomadores de decisão em quase todos os setores, pois dá respostas às mudanças no volume de produção. Santos (2005) corrobora fazendo uma analogia com o corpo humano, afirmando que o coração está para a vida do corpo, assim como o controle do custo para a vida da empresa.

Para Horngren, Datar & Foster (2004), os gestores das organizações utilizam as informações de custos para escolher, comunicar e implementar estratégias. Utilizam-nas, também, para coordenar projetos do produto a produção e as decisões de comercialização. Quer dizer que a gestão de custos é uma parte relativamente importante para vida da empresa, de forma a transparecer informações úteis aos seus gestores para tomada de decisão.

Uma das maneiras que se pode incorporar a gestão dos custos nas organizações é através da teoria da agência, que explicita um problema que pode gerar custos adicionais, no caso, os custos de agência. A teoria da agência é a base teórica que investiga as relações entre os participantes de um sistema, em que a propriedade e o controle são delegados a pessoas distintas, podendo resultar em conflitos de interesse entre os indivíduos (ARRUDA *et al.*, 2008).

Para Eisenhardt (1989), o desenvolvimento da teoria da agência se deu sobre duas linhas: a teoria positivista e a teoria do agente/principal. A teoria positivista é responsável por orientar mecanismos de governança que sejam resolutivos para os problemas de agência. Silva *et al.* (2018) afirmam que a teoria positivista busca identificar situações em que principal e o agente terão conflitos de objetivos e descrever mecanismos de governança que limitem o comportamento tendencioso do agente em agir para seu próprio benefício.

A teoria positivista ainda aborda duas premissas como mecanismos de governança. A primeira trata-se de contratos baseado em resultados, buscando combater o oportunismo do agente. Esses contratos conectam as preferências dos agentes com a do principal através de recompensas para ambos decorrentes das mesmas ações. Já a segunda trata-se de sistemas de informação que funcionam como ferramenta de controle (SILVA *et. al.*, 2018).

Em relação a teoria do agente e principal, essa linha analisa a relação entre principal e agente, envolvendo especificações de pressupostos, que são seguidos através de provas matemáticas e deduções lógicas. Para Silva et. al. (2018), o foco da teoria está em determinar o contrato ótimo, comportamental versus resultados, entre principal e agente.

Segatto-Mendes e Rocha (2005) corroboram que a teoria da agência se apresenta como um arcabouço para análise entre participantes de um sistema de propriedade e controle destinado a pessoas diferentes. Por meio dessa configuração forma-se conflitos resultantes da existência entre os diferentes interesses dos indivíduos.

No cooperativismo de crédito, Cuevas e Fisher (2006) descrevem dois conflitos principais de agência: o conflito tomador de empréstimo x poupador e o conflito associado x gerência. Westley e Branch (2000) observam que existe uma tendência de os tomadores de empréstimo dominarem a direção das cooperativas de crédito e administrarem-nas de acordo com seus interesses. Esse fenômeno contribui para que pessoas com o intuito principal de tomar empréstimos mais baratos associem-se as cooperativas de crédito, criando condições que favorecem o aumento da inadimplência.

### **2.3.3 Custos de Agência**

A teoria da agência apresenta os conflitos resultantes da dissolução da propriedade e o controle do capital. Deve-se destacar que o conflito entre principal e agente, é iminente e oneroso em qualquer circunstância, ou seja, manifestando-se ou não o conflito, existirão custos (SANTOS, KELM & ABREU, 2001). De acordo com Jensen e Meckling (1976), os custos de agência correspondem à soma das despesas de monitoramento, despesas com a concessão de garantias contratuais e os custos residuais.

O foco da teoria proposta por Jensen e Meckling (1976) está no relacionamento entre agente e o principal, em que o agente dispõe de informações privilegiadas e suas ações podem afetar o bem-estar entre as partes, e dificilmente são observáveis pelo principal. Esse tipo de relação coloca em cena o problema de

assimetria de informações entre o agente e o principal (JENSEN E MECKLING, 1976; EISENHARDT, 1989), que beneficia o primeiro em detrimento do segundo.

Jensen e Meckling (1976) afirmam que é impossível manter a relação de agência a custo nulo. Silva *et al.* (2018) ratificam que os custos de agência surgem em qualquer relação que envolva esforços de duas ou mais pessoas, mesmo não havendo relação entre principal e agente. Ou seja, os custos de agência são decorrentes da contratação entre as partes.

Para Silva *et al.* (2018), os custos de monitoramento são as despesas incorridas pelo principal na implementação de mecanismos tendo como objetivo monitorar o comportamento do agente na organização. Como exemplo dos custos de monitoramento temos os sistemas de informações, as auditorias externa ou interna, o conselho fiscal, entre outros. Os custos de monitoramento visam aplicar incentivos para o agente buscando limitar suas atividades irregulares.

Os custos com a concessão de garantias contratuais visam assegurar que o agente não promoverá certas ações que prejudicariam o principal. Esses custos também servem para garantir que o principal será recompensado em caso de o agente promover essas ações 'prejudiciais'. Dessa forma, na possibilidade de conflito, o agente terá interesse em demonstrar que sua ação não vem em detrimento dos resultados da organização, pois, do contrário, ele será punido financeiramente ou a organização poderá ter redução no seu valor de mercado diminuído (SILVA *et al.*, 2018).

Já, em relação aos custos residuais, Silva *et al.* (2018) os classificam como o custo referente às divergências nas decisões do agente e as decisões que maximizariam o bem-estar do principal. Equivale ao valor monetário da redução do bem-estar vivenciado pelo principal.

Na literatura sobre custos de agência, Godoy e Marcon (2008) contribuem com uma pesquisa verificando a existência de custos de agência decorrentes de conflitos familiares oriundos de promoção e/ou transferência dos gerentes do setor bancário. A pesquisa correlacionou a atuação dos gerentes em diversas cidades como forma de representar a instituição, atuando assim como agentes dos proprietários/acionistas das instituições com os custos de agências.



A pesquisa de Sato (2007) analisou a teoria da agência relacionando a agência nacional de saúde suplementar e as operadoras de planos de assistência supletiva no Brasil. No segmento de assistência supletiva foi possível constatar que possui inúmeros atores, exercendo ao mesmo tempo papéis de agentes e principais, em que grande parte dos conflitos de interesses surge na tentativa de reduzir os custos de agência por meio de mecanismos de regulação.

O estudo de Bialoskorski Neto, Barroso e Resende (2012) analisou as fontes de ineficiência e os custos para explicar os problemas de gerenciamento e custos de transação de dois modos diferentes e complementares das organizações cooperativas. Os autores discutem, primeiramente, os principais aspectos da governança que geram conflitos de agência, em seguida analisam as características dos sistemas de gerenciamento que geram assimetria informativa e problemas de monitoração.

Já Marques, Guimarães e Peixoto (2015) investigaram na sua pesquisa a relação entre a estrutura de propriedade e controle e valor, desempenho e risco das empresas brasileiras não financeiras listadas na BM&FBovespa no período de 2004 e 2012. Os autores buscaram verificar empiricamente a eficácia de um mecanismo de governança corporativa para o desempenho e avaliar em que medida a estrutura de propriedade afeta o risco e o valor das empresas.

Oliveira, Lucena, Pereira e Camara (2016) verificaram a assimetria informacional dos gestores das empresas. Os autores analisaram em específico as características do Conselho de Administração (CA) de um grupo de empresas listadas na BM&FBovespa, analisando tamanho, independência e dualidade de cargos do CA. Os resultados demonstraram que as características supracitadas possuem relações significativamente negativas com os custos de agência, ou seja, quanto maiores as características do CA menores serão os custos de agência.

Dessa forma, frente aos estudos abordados, esta pesquisa busca contribuições

na temática dos custos de agência, em especial nas instituições financeiras. Além disso, a literatura fornece poucos indícios do comportamento de custos em instituições financeiras como um todo. Entretanto, identificar a magnitude do impacto que os custos de agência têm nas receitas de intermediação financeira tanto em

bancos comerciais, como no cooperativismo de crédito, pode contribuir para o avanço do conhecimento nessa área. Na sequência, os passos da formatação são especificados e detalhados.

#### **2.3.4 Metodologia**

O objetivo da pesquisa busca verificar a variação dos custos de agência, entre 2015 e 2020, em duas modalidades de instituições financeiras: os bancos comerciais e as cooperativas de crédito. Para isso realizou-se uma pesquisa descritiva, bibliográfica e documental, utilizando as demonstrações financeiras das instituições financeiras pesquisadas.

Metodologicamente, em relação aos objetivos, o enquadramento desta pesquisa de acordo com Gil (1999) é descritiva. O autor classifica dessa forma pois a pesquisa tem como principal objetivo relatar quais as características específicas e descrever as relações entre variáveis de uma amostra. A pesquisa evidenciará e relatará as relações entre os custos de agência e as receitas de intermediação financeira nas instituições financeiras pesquisadas.

Quanto aos procedimentos, essa pesquisa fará um levantamento de dados documentais. Gray (2012) contribui que esse tipo de pesquisa, avalia num espaço temporal, as características de uma população amostral. Portanto, essa pesquisa utilizou o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício dessa população amostral pesquisada. Já, em relação ao problema, trata-se ao mesmo tempo de uma pesquisa quantitativa e qualitativa. Para Silva (2006) as pesquisas quantitativas utilizam de conhecimentos prévios dos autores para formular hipóteses acerca de fenômenos e/ou situações que serão investigadas através de métodos estatísticos ou outras técnicas matemáticas. Silva (2006) contribui que as pesquisas qualitativas “[...] preocupam-se com os significados dos fenômenos, levando em consideração as motivações, crenças, valores, representações sociais e econômicas que permeiam a rede de relações sociais”.

Ressalta-se que o universo dessa pesquisa é composto por instituições financeiras que pertencem ao SFN e foram selecionadas tendo em vista a representação dos seus resultados no SFN. Dessa forma, os bancos utilizados na

amostra são os cinco bancos comerciais que representam os maiores volumes de ativos no último período da análise.

A escolha das cooperativas de crédito deu-se da mesma forma que a seleção dos bancos utilizados na amostra: através do volume de ativos. Entretanto, optou-se por selecionar a cooperativa de crédito que apresentou o maior volume de ativos no período final e todas as outras cooperativas de crédito pertencentes a mesma central em que ela está inserida. Dessa forma, foram selecionadas as treze cooperativas da central Ailos. A coleta dos dados levantados se deu através da divulgação realizada no portal eletrônico do Banco Central do Brasil. Dessa forma, a amostra foi composta por dezoito instituições financeiras, sendo treze cooperativas de crédito e cinco bancos comerciais, conforme Tabela 2. O período analisado teve recorrência trimestral entre os períodos de 2015 e 2020, levantando-se ao todo 24 observações para cada instituição financeira pesquisada.

Tabela 2: Nome fantasia das instituições financeiras pesquisadas.

<b>Bancos</b>	<b>Cooperativas de Crédito</b>
Itaú	Viacredi
Banco do Brasil	Alto Vale
Caixa Econômica Federal	Transpocred
Bradesco	Credcrea
Santander	Credifoz
	Acredicoop
	Civia
	Evolua
	Únilos
	Acentra
	Credicomín
	Crevisc
	Credelesc

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As variáveis utilizadas como medidas de custos de agência foram a taxa de retorno dos ativos e o índice de eficiência das despesas controladas pelos gestores. A utilização dessas medidas esteve em consonância com as pesquisas de Ang, Cole & Lin (2000); Singh & Davidson (2003); Gotaç, Montezano & Lameira (2015); Oliveira et al. (2016) que, também, as utilizaram nos mesmos moldes. O quadro 6 descreve a composição das variáveis pesquisadas:

Quadro 6: Composição das variáveis do custo de agência.

Variável	Memória de Cálculo	Descrição
TRA (taxa de retorno dos ativos)	Receita da intermediação financeira / Ativo total	O giro dos ativos significa a eficiência dos gestores na aplicação de recursos. Quanto maior o giro dos ativos maior eficiência dos gestores na destinação dos recursos, assim, os custos de agência serão menores quando o ativo for eficiente.
RDF (relação de despesa com faturamento)	Despesas operacionais / Receita da intermediação financeira	Trata das despesas discricionárias, ou seja, despesas que o gestor tem flexibilidade para administrá-las. Quanto maior forem as despesas, maiores serão os custos para combatê-las.

Fonte: Adaptado de Silva *et al.* (2018).

A análise de dados dividiu-se em duas etapas: a primeira realizou-se a análise de estatística descritiva das variáveis estudadas, sendo que em seguida os dados foram submetidos ao teste de normalidade das médias de realização das variáveis, a fim de verificar se há diferença entre os dois tipos de instituições. O teste usado na verificação da normalidade dos dados foi o Teste F de ANOVA, que segundo Chicareli, Oliveira, Polizel e Nepomuceno (2009), esse teste tem a finalidade de comparar estimativas de variâncias testando hipóteses para populações que possuem ou não variâncias iguais.

Na segunda etapa da análise de dados, foi realizada o teste adequado para o tipo de distribuição dos dados, já que o Teste F identificou que os dados têm distribuição distintas, aplicando-se, portanto, o teste T de *Student*. Para Almeida, Elian e Nobre (2008) o teste t-*Student* é “usual para igualdade de médias para amostras independentes, sob suposição de normalidade, com variâncias desconhecidas e desiguais”. Em cada uma das variáveis foram testadas hipóteses nulas para entender se as médias dos custos de agência são iguais para bancos e cooperativas de crédito.

Testar essas hipóteses subsidiará, principalmente, a resposta se há diferenciação ou não no tempo disponibilizado para a alta gestão de instituições financeiras. Nas cooperativas de crédito, a alta gestão não possui dedicação exclusiva a cooperativa, acumulando o cargo de conselho de administração com outras

atividades. Já nos bancos, há outra relação, uma vez que eles têm seus executivos dedicados integralmente as suas organizações.

### 2.3.5 Resultados e Discussões

Nessa seção serão apresentados as análises e discussões da pesquisa realizada sobre a variação dos custos de agência nas instituições financeiras pesquisadas. Objetivando explicar a variação dos custos de agência em tipos de instituições financeiras diferentes, foram tratados como variáveis a taxa de retorno de ativos e a relação de despesas com faturamento. Na tabela abaixo apresenta-se alguns dados da amostra estudada:

Tabela 3: Dados das instituições financeiras pesquisadas (R\$).

Instituição Financeira	Total de Ativos Período Inicial	Total de Ativos Período Final	Somatório Receitas de Intermediação Financeira (2015-2020)	Somatório Despesas Operacionais (2015-2020)
<b>Bancos (MM)</b>				
Itaú	1.206.462	1.941.932	1.264.804	-735.828
Banco do Brasil	1.365.385	1.713.347	1.308.799	-508.063
CEF	1.078.421	1.448.930	1.104.971	-496.649
Bradesco	880.779	1.370.980	1.055.409	-542.232
Santander	620.002	1.003.994	714.126	-443.813
<b>Cooperativas de Crédito (MM)</b>				
Viacredi	2.574	7.942	1.537	-627
Alto Vale	198	774	136	-72
Transpocred	104	585	77	-50
Credcrea	158	414	87	-47
Credifoz	79	380	74	-48
Acredicoop	72	348	58	-41
Civia	84	315	61	-39
Evolua	47	282	41	-23
Únilos	51	182	30	-18
Acentra	29	138	25	-18
Credicomín	21	126	19	-13
Crevisc	34	118	24	-13
Credelesc	15	41	9	-6

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Observa-se que na amostra a diferença entre os valores dos bancos e das cooperativas de crédito é considerável. Todavia, cabe ressaltar que esse grupo de cooperativas foi escolhido visto ter a participação da maior cooperativa de crédito em volume de ativos do Brasil.

### 2.3.6 Análise da Estatística Descritiva

Na sequência é apresentada as variáveis da taxa de retorno do ativo (TRA) e a Relação das Despesas com Faturamento (RDF), no período de 2015 a 2020, com dados trimestrais, das instituições financeiras cooperativas de crédito e bancos pesquisadas. Na tabela 4 são apresentados os custos de agência através da variável TRA nas 24 observações analisadas:

Tabela 4: Estatística descritiva da variável de custo de agência TRA (R\$).

Variável TRA	Bancos	Cooperativas de Crédito
<b>Média</b>	0,038464	0,015953
<b>Mediana</b>	0,033935	0,015968
<b>Desvio Padrão</b>	0,002527	0,000408

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Na tabela 4, observa-se que a variável do custo de agência TRA apresentou a média de R\$ 0,038464; mediana de R\$ 0,033935; e desvio padrão de R\$ 0,002527, para bancos. Já as cooperativas de crédito apresentaram a média de R\$ 0,015953; mediana de R\$ 0,015968; e desvio padrão de R\$ 0,000408.

Verifica-se que os custos de agência são diferentes, tendo os bancos maior média de giro dos ativos, ou seja, os bancos tendem a utilizar seus recursos com mais eficácia, logo, seguem uma tendência de possuir menos custos de agência. Todavia, somente poderá inferir com maior robustez quando realizado o teste de médias.

Silva *et.al.* (2018), identificou na sua pesquisa comparando bancos com participação estatal e os bancos sem participação estatal, que apesar de serem semelhantes, os bancos sem participação estatal apresentaram maior média no giro dos ativos, ou seja, aplicam seus recursos com mais eficácia.

No que se refere a variável de eficiência relacionada as despesas operacionais (RDF), verifica-se na tabela 5 os resultados:

Tabela 5: Estatística descritiva da variável de custo de agência RDF (R\$).

<b>Variável RDF</b>	<b>Bancos</b>	<b>Cooperativas de Crédito</b>
<b>Média</b>	-0,523365	-0,582508
<b>Mediana</b>	-0,517924	-0,585173
<b>Desvio Padrão</b>	0,067767	0,018933

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Já, em relação a variável RDF, o quadro 5 demonstra que os bancos possuem média de R\$ -0,523365; mediana de R\$ -0,517924; e desvio padrão de R\$ 0,067767. Nas cooperativas de crédito a média observada foi de R\$ -0,582508; mediana de R\$ -0,585173; e desvio padrão de R\$ 0,018933.

Esses resultados demonstram que as cooperativas de crédito possuem maior custo de agência, diferentemente da variável TRA, em que os bancos apresentaram maior custo de agência. Essa observação reflete que as cooperativas de crédito tendem a ter uma menor eficiência, visto terem maiores despesas discricionárias da gestão. Silva *et.al.* (2018), identificou que os bancos com participação estatal possuem maior custo de agência nessa variável.

A variável RDF se refere as despesas discricionárias, ou seja, aquelas que permitem maior flexibilidade na administração das despesas por parte dos gestores e podem refletir custos maiores à medida que despesas aumentarem.

### 2.3.7 Teste de normalidade e teste de média

A segunda etapa da pesquisa foi realizada o teste F para normalidade em que foi comparada as médias entre os dois tipos de instituições financeiras e posteriormente do teste T de *Student* para testar se as variáveis apresentam características iguais. No teste, a hipótese nula é de que as médias dos custos de agência TRA são iguais para bancos e cooperativas de crédito. Essa hipótese justifica-se tendo em vista que são instituições financeiras que operam da mesma forma no mercado financeiro. Consequentemente, a hipótese alternativa é de que as médias dos custos de agência TRA são diferentes. Abaixo o teste T de *Student* para a variável TRA:

Quadro 7: Teste T de Student TRA.

<b>Hipótese Nula (H0)</b>	<b>Significância</b>	<b>Decisão</b>
As médias do custo de agência TRA são iguais para bancos e cooperativas de crédito	0,00000008780	Rejeita H0

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O resultado do teste de média apresenta que os bancos e as cooperativas de crédito possuem médias diferentes para os custos de agência ligados a variável TRA, tendo em vista a baixa significância observada. Isso quer dizer que o teste T demonstrou que os custos de agência baseados no giro do ativo podem ser diferentes nos dois tipos de instituição financeira pesquisada. Dessa forma, não é possível inferir que os bancos possuem custos de agência maior que as cooperativas de crédito quando analisado a variável TRA.

A segunda variável testada no teste T de *Student* foi a variável RDF, que aborda as despesas discricionárias, que são aquelas que possuem maior flexibilidade dos gestores na sua realização. Foi testada a hipótese nula de que as médias dos custos de agência RDF são iguais para bancos e cooperativas de crédito. Essa hipótese justifica-se tendo em vista que são instituições financeiras que operam da mesma forma no mercado financeiro. Da mesma forma que a variável TRA, a hipótese alternativa é que as médias dos custos de agência RDF são diferentes. No quadro 8, a análise realizada:

Quadro 8: Teste T de Student RDF.

<b>Hipótese Nula (H0)</b>	<b>Significância</b>	<b>Decisão</b>
As médias do custo de agência RDF são iguais para bancos e cooperativas de crédito	0,02516323980	Rejeita H0

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A análise da variável RDF, da mesma forma que a variável TRA, também apresentou que os bancos e as cooperativas de crédito possuem médias diferentes para essa variável dos custos de agência, visto a baixa significância apresentada na hipótese testada. Isso quer dizer que o teste T demonstrou que os custos de agência baseados na relação de despesas operacionais e receitas com intermediação financeira são diferentes nos dois tipos de instituição financeira pesquisada. Com isso,



não é possível inferir que as cooperativas de crédito possuem custos de agência maior que os bancos quando analisado a variável RDF. A variável RDF está diretamente relacionada as despesas discricionárias, como por exemplo, despesas administrativas, despesas de pessoal e outras despesas da operação do negócio. É nessa variável que a gestão propriamente dita pode refletir uma melhora ou piora do indicador, tendo em vista que está nas mãos do gestor qual o volume dessas despesas para a organização.

### **2.3.8 Conclusões**

As empresas têm cada vez mais buscado na atualidade ter a gestão de custos como um diferencial competitivo, tendo em vista que ter um pouco ou inexistente gerenciamento de custos e/ou controle torna o atingimento de bons resultados mais dificultoso. Uma avaliação de custos realizada de forma correta possibilita um aumento de eficiência nas organizações, corroborando com a pesquisa de Marostica, Borgert, Souza e Petri (2015) que afirma que as observações do comportamento dos custos podem trazer inúmeras vantagens, entre elas econômicas e financeiras.

Na presente pesquisa, que teve como objetivo identificar e analisar se os custos de agência em instituições que atuam no mesmo segmento, com formas de atuação e constituição distintas, foi possível evidenciar que esses tipos de custos não se comportaram da mesma maneira entre os anos de 2015 e 2020. Para isso utilizou-se como amostra os cinco maiores bancos do Brasil em relação ao total de ativos, e as treze cooperativas de crédito pertencentes a central cooperativa em que pertence a cooperativa de crédito com maior volume de ativos do país.

Em resposta ao objetivo proposto, foi possível observar através do teste T de *Student* que bancos e cooperativas de crédito possuem diferença entre as médias de custos de agência propostas pelo giro de ativos e a relação de despesas operacionais com as receitas de intermediação financeira. Contudo, apesar da diferença apresentar padrões relativamente próximos quanto as médias de custos de agência, ainda assim, os dois tipos de instituições financeiras comportam-se de forma diferente em relação a essas médias, rejeitando, em ambas as variáveis, a hipótese nula.

Quando analisada a variável da taxa de retorno de ativos (TRA), bancos e cooperativas de crédito possuem diferenças significativas de acordo com o teste T.

Todavia, os bancos apresentam maiores valores de média, o que significa dizer que as cooperativas de crédito possuem maior eficiência na implementação dos seus ativos. Já, em relação a análise realizada sobre a relação entre despesas operacionais e a receita de intermediação financeira, manteve-se as diferenças significativas de acordo com o teste T. Contudo, os bancos apresentaram menores valores de média, possibilitando dizer que as cooperativas de crédito possuem menor eficiência nos custos discricionários, ou seja, menor eficiência para controlar as despesas operacionais.

Nesse contexto, observa-se que mesmo havendo baixa significância, ou seja, não apresentando diferenças significativas conforme o método estatístico, bancos e cooperativas de crédito apresentam diferenças em qual custo de agência são mais eficazes. Enquanto os bancos são mais eficientes com despesas operacionais, ou com o controle delas, as cooperativas de crédito são mais eficientes nas formas de implantar seus ativos.

Essa observação faz acender um alerta para os tipos de gestores que atuam em cada tipo de instituição, bem como, possibilita a investigação de saber qual o motivo que os gestores de bancos são mais eficientes que os de cooperativas de crédito quando analisado despesas operacionais. Em relação as despesas operacionais, os resultados médios foram de R\$ -0,523365 e R\$ -0,582508, para bancos e cooperativas de crédito, respectivamente. Ou seja, as cooperativas de crédito apresentaram média superior aos bancos em 11,3%.

A recíproca é verdadeira e, da mesma forma, possibilita investigar o motivo que os gestores de cooperativas de crédito são mais eficientes que os gestores de bancos na implantação de seus ativos. Nesse caso, os resultados médios foram R\$ 0,038464 para bancos e R\$ 0,015953 para cooperativas de crédito, ou seja, os bancos apresentaram média superior as cooperativas de crédito em 141,1%. Essas evidências podem ser relacionadas ao tempo de dedicação de cada gestor nesses dois tipos de instituição financeira, bem como, poderá ser ampliada essa discussão em pesquisas futuras.

Ao relacionar os resultados dessa pesquisa com os resultados apresentados na pesquisa de Silva et al. (2018), não se pode perceber semelhanças entre os resultados apresentados. Os autores identificaram diferenças em resultados de RDF

quando comparados bancos com participação estatal e bancos que não tem participação do Estado.

Oliveira *et al.* (2016) demonstram em sua pesquisa, que comparou entidades com e sem influências governamental, que as entidades sem influência de governo tendem a ter maiores custos de agência. Essa observação não se aplicou quando comparada a instituições financeiras de tipos diferentes (bancos e cooperativas de crédito), mesmo alguns bancos possuem influência governamental.

Sato (2007) concluiu que o custo de agência possui um custo de oportunidade em função da dualidade de papéis exercidos por inúmeros atores, exercendo ao mesmo tempo papéis do agente e do principal. Essa convergência de funções também pode ser percebida no cooperativismo de crédito, uma vez que os gestores também são “donos” de uma parte da cooperativa, através da integralização de capital realizada para abertura da conta.

Na pesquisa de Marques *et al.* (2015), os autores verificaram a eficácia de mecanismos de governança corporativa no desempenho de organizações e qual o impacto no valor delas. Para essa medição de impacto, uma das formas utilizadas pelos autores foi o retorno do ativo, que não apresentou variação, corroborando com os resultados observados nessa pesquisa.

Ressalta-se que esta pesquisa atendeu ao objetivo proposto através de uma metodologia baseada no modelo de teste de normalidade e teste de média para descrever os padrões das variações dos custos de agência nos bancos e em cooperativas de crédito. Para isso, utilizou-se o teste T para buscar responder aos questionamentos propostos na metodologia de pesquisa, observando que dentre as variáveis analisados não houve convergência na variação.

Por fim, cabe ressaltar ainda que este estudo contempla um setor específico, e com pouca literatura acerca do comportamento de custos de uma forma geral, e principalmente em custos de agência. É possível também verificar se a variação observada nessa pesquisa se mantém em outras amostras de instituições financeiras. Além disso, dada a pluralidade do setor de instituições financeiras sugere-se também a aplicação dessa metodologia noutras instituições pertencentes no SFN.

### 3 CONCLUSÃO

Ter um olhar diferenciado para a gestão de custos nas instituições representa na atualidade um grande fator para atingimento de bons resultados, tendo em vista que a inexistência de qualquer controle dessa natureza tende a dificultá-los. Marostica *et. al.* (2015) corrobora que as observações do comportamento dos custos possibilitam vantagens de mesma grandeza tanto financeiras quanto econômicas.

Evidenciar se o comportamento dos custos nas cooperativas de crédito tem as mesmas características de assimetria, e classificá-las como *sticky* ou *anti-sticky* foi o objetivo dessa pesquisa. Os resultados identificados nos estudos evidenciaram que há baixa significância para explicação do comportamento dos custos, independentemente de serem administrativos, de pessoal ou de provisão para devedores duvidosos, em relação às oscilações das receitas das intermediações financeiras.

Esse resultado pode ser compreendido de forma que o modelo proposto por Anderson, Banker & Janakiraman (2003) traz a receita como *proxy* de volume, tendo em vista que os autores analisaram uma grande diversidade de setores de atuação. Entretanto, nas cooperativas de crédito as receitas de intermediação, apesar de estarem relacionadas a atividade fim, estão muito mais ligados ao volume financeiro negociado do que ao volume de negócios realizados. Outras métricas que trouxessem questões além do volume financeiro, como por exemplo, volume de negociações, quantidade de estabelecimentos e/ou estruturas físicas, nível tecnológico, entre outros, podem contribuir para análises futuras.

Quando analisados os custos de agência observou-se que os bancos comerciais e as cooperativas de crédito possuem diferenças relevantes. Enquanto os bancos comerciais são mais eficientes com despesas operacionais, ou com o controle delas, as cooperativas de crédito são mais eficientes nas formas de implantar seus ativos.

Por fim, é válido ressaltar que esta pesquisa contempla um setor específico da economia, que possui pouca literatura acerca do comportamento de custos. Algumas pesquisas até excluem esse setor de mercado das amostras, por conta da

dificuldade de mensuração desses dados, como o caso da pesquisa de Anderson, Banker e Janakiramam (2003).

Dessa forma, devido a carência de compreensão do comportamento dos custos nesse setor, faz-se necessário o aprimoramento das referidas análises noutros estudos específicos a cada umas das variáveis de custos pesquisadas. Com isso, é possível verificar se em outros grupos de cooperativas de crédito e bancos comerciais ocorrem os mesmos resultados e diagnósticos. Além disso, dada a pluralidade do setor de instituições financeiras, bem como dos participantes que atuam no SFN, sugere-se também a aplicação dessa metodologia noutras instituições do SFN.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. R. A Cooperativa como espaço organizacional: um estudo das características de Gestão de Pessoas em cooperativas de crédito. **Dissertação de mestrado**. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2008. 107 p.
- ALMEIDA, A., ELIAN, S. & NOBRE, J. Modificações e alternativas aos testes de Levene e de Brown e Forsythe para igualdade de variâncias e médias. **Revista Colombiana de Estatística**. V. 31(2), 241-260. 2008.
- ANDERSON, M. C.; BANKER, R. D.; JANAKIRAMAN, S. N. Are selling, general, and administrative costs "sticky"? **Journal of Accounting Research**, v.41, n. 1, p. 47-63, 2003.
- ANG, J. S., COLE, R.A. & LIN, J.W. Agency costs and ownership structure. **The Journal of Finance**. 55(1), p. 81-106. 2000.
- ATKINSON, A. A., BANKER, R. D., KAPLAN, R. S. & YOUNG, S. M. **Contabilidade gerencial**. São Paulo, Atlas. 2000.
- ARRUDA, G. S., MADRUGA, S. R. & FREITAS JUNIOR, N. I. A governança corporativa e a teoria da agência em consonância com a controladoria. **Revista de Administração da UFSM**. 1(1), p. 71-84. 2008.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Composição e segmentos do sistema financeiro nacional. **Banco Central do Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp>. Acesso em: 27 de Jul. 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Dados selecionados de instituições financeiras. **Banco Central do Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/>. Acesso em: 28/07/2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Governança cooperativa**: diretrizes para boas práticas de governança em cooperativas de crédito. 2008.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 3.106**: dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento e alterações estatutárias, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento de cooperativas de crédito. 2003. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2003/pdf/res\\_3106\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2003/pdf/res_3106_v1_O.pdf). Acesso em: 20 de Jul. 2022.
- BANKER, R.D.; BYZALOV, D., CIFTCI, M.; MASHRUWALA, R. The moderating effect of prior sales changes on asymmetric cost behavior. **Journal of Management Accounting Research**. V. 26, n.2, p. 221-242, 2014.

BIALOSKORSKI NETO, S., BARROSO, M. F. G. & REZENDE, A. J. Governança corporativa e sistemas de controle gerencial: uma abordagem teórica de custos de agência. **BBR – Brazilian Business Review**. 2012. 9(2), 72-92.

BORGET, A.; KREMER, A. W.; FERRARI, M. J.; PINHEIRO, N. S. Análise do comportamento dos custos no setor de telecomunicações com base nas regulamentações ocorridas no Brasil. **Enfoque: Reflexão Contábil**. V.34, n.1, p.87-102, 2015.

BRASIL. **Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4595.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm), Acesso em: 22 de Ago. 2022.

CARMO, C. R. S.; LIMA, I. G.; OLIVEIRA, R.; OLIVEIRA, L. F. M. Mathematical modeling in cost management: a study based on cost behavior in poultry production in Minas Gerais. **Custos e Agronegócios online**. V. 7, n. 2, p. 120-142, 2011.

CARNEIRO, R. & MARCOLINO, L. C. Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil: do plano real a crise financeira. Publisher Brasil e Editora Gráfica Atitude. 2010.

CHICARELI, L.S., OLIVEIRA, M.C.N., POLIZEL, A. & Nepomuceno, A.L. A presença de outliers interfere no teste F e no teste de comparações múltiplas de médias. **Anais da IV Jornada Acadêmica da Embrapa Soja**. Brasil. 2009.

CORONETTI, J.; BEUREN, I. M.; DE SOUSA, M. A. B. Os métodos de custeio utilizados nas maiores indústrias de Santa Catarina. **Gestão Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**. V. 10, n. 2, 2012.

CUEVAS, C. E. & FISCHER, K. **Cooperative financial institutions: issues in governance, regulation, and supervision**. Washington: The World Bank. 2006.

DALLABRIDA, V. R. & BECKER, D, F. Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em questão**. 1(2), 73-97. 2003.

De Gregori, R., & Flores, S. A. M. **Gestão de riscos e gestão de custos em cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul - RS**. Anais Do Congresso Brasileiro De Custos - ABC. 2010.

DIERYNCK, B.; LANDSMAN, W. R.; RENDERS, A. Do managerial incentives drive cost behavior? Evidence about the role of the zero earnings benchmark for labor cost behavior in private Belgian firms. **The Accounting Review**. V. 87, n. 4, p. 1219-1246, 2012.

D'OLIVEIRA, E. H.. Determinantes da Lucratividade Bancária no Brasil. **Dissertação de mestrado**. Brasília. DF. Universidade de Brasília – UnB. 2014. 51 p.

EISENHARDT, K. M. Agency theory: an assessment and review. **Academy of Management Review**. 14(1), 57-74. 1989.

FERNANDES, C. A. A. Governo da sociedade, custos de agência e crise financeira... que relação? **Navus – Revista de Gestão e Tecnologia**. 2014. V. 4(1), p. 11-33.

GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W. **Contabilidade gerencial**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, P. & MARCON, R. Teoria da agência e os conflitos organizacionais: a influência das transferências e das promoções nos custos de agência em uma instituição bancária. **Revista de Administração Mackenzie**. 2008. V. 7(4), p. 168-210.

GOMES, I. S.; LIMA, D. H. S.; STEPPAN, A. I. B. Análise do comportamento dos custos hospitalares indiretos: uma investigação empírica do custo hospitalar de energia elétrica no setor de radioterapia da liga Norte-Rio-Grandense contra o câncer. In. **XIV Congresso Brasileiro de Custos**. Anais... João Pessoa: CBC, 2007.

GOULART, A. M. C. Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil. São Paulo, SP. **Tese de doutorado**. Universidade de São Paulo – USP. 2007. 219 p.

GOTAÇ, D.F., MONTEZANO, R. M. S. & Lameira, V.J. Governança corporativa e custos de agências nas empresas com influência governamental. **Sistema & Gestão**. V. 10 (3). 2015. p. 408-425.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. Porto Alegre, Penso. 2012.

GUJARATI, D.A.; PORTER, D.C. **Econometria básica**. AMGH Editora. 2011.

HANSEN, D. R., MOWEN, M.M. **Gestão de custos: contabilidade e controle**. São Paulo. Pioneira Thomson Learning, 2003.

HILLBRECHT, R. **Economia monetária**. Altas.1999.

HORNGREN, C. T., DATAR, S. M. & FOSTER, G. Fundamentos de Contabilidade de custos. Prentice Hall. V. 1(11), p. 1-24. 2004.

JENSEN, M. C. & MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**. V 3(4). 1976. p. 305-360.

KAMA, I.; WEISS, D. Do earnings targets and managerial incentives affect sticky costs? **Journal of Accounting Research**. V. 51, n.1. 2013. p. 201-224.



KREMER, A. W. Análise dos fatores explicativos para o comportamento assimétrico dos custos em ambiente regulado. **Dissertação de mestrado**. Florianópolis/SC. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 2015. 81 p.

LEONE, G. S. G. **Custos: Planejamento, Implantação e Controle**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, R.E., ARAÚJO, M. B. V. & AMARAL, H.F. Conflitos de agência: um estudo comparativo dos aspectos inerentes a empresas tradicionais e cooperativas de crédito. RCO – Revista de Contabilidade e Organizações FEARP USP. 2008. V. 2(4), p. 148-157.

MANTOVANI, M. H. C. & SANTOS, J. O. Análise da relação entre alavancagem e rentabilidade dos bancos brasileiros listados na bolsa de valores de São Paulo no período de 2001 a 2010. **Rege Revista de Gestão**. 2010. V. 22(4). p. 509-524.

MAROSTICA, J., BORGERT, A., SOUZA, F. R. & PETRI, S. M. Comportamento dos custos e indicadores de endividamento e liquidez em empresas do setor de consumo listadas na BM&F Bovespa. **Anais do Congresso Internacional de Custos**. Medellin, Colombia. 2015.

MARQUES, T. A., GUIMARÃES, T.M. & PEIXOTO, F.M. A concentração acionária no Brasil: análise dos impactos no desempenho, valor, risco das empresas. **Revista de Administração Mackenzie**. 2015. V. 16(4) p.100-133.

Martins, E. (2018). **Contabilidade de custos** (11a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Atlas.

MEDEIROS, O. R.; COSTA, P. S.; SILVA, C. A. T. Testes empíricos sobre o comportamento assimétrico dos custos nas empresas brasileiras. **Revista Contabilidade e Finanças**. 2005. V. 16, n. 38, p. 47-56.

MENDONÇA, D. J., SOUZA, J. A., CARVALHO, F. M. & Benedicto, G. C. Relação entre a eficiência na gestão de custos mensurada pelo método de análise de fronteira estocástica (SFA) e a rentabilidade das instituições financeiras no Brasil. **Revista Capital Científico**. 2018. V. 16(3).

NOGUEIRA, V. C. G. Maturidade em governança corporativa: Pesquisa aplicada às cooperativas de crédito singulares no município de Guarulhos. **Dissertação de mestrado**. São Paulo/SP. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. 2015. 100 p.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. **Anuário do cooperativismo brasileiro**. Brasília. 2020.

OKEAHALAM, C. C. Product mix, transactions and cost behavior: a study of South African bank branches. **International Review of Applied Economics**. V. 23, n. 1, p. 71-88, 2009.

- OLIVEIRA, A. T. A., LUCENA, W.G.L., PEREIRA, M. L. & Câmara, R. P. B. Governança corporativa: um estudo da relação entre custo de agência e conselho de administração nas empresas listadas no ibrx-100. **Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Custos – CBC**. Porto de Galinhas, Brasil. 2016.
- PASTRE F.; BORGERT, A.; SOUZA, F. R.; PETRI, S. M. Comportamento dos custos e indicadores de endividamento em empresas do setor de tecnologia da informação. **Sociais e Humanas**. Santa Maria, V. 28, n. 1, p. 101-117, 2015.
- PORPORATO M.; WERBIN, E. **Active cost management in banks: evidence of sticky costs in Argentina, Brazil and Canada**. Toronto. 2010.
- PRADO, Lauro J. **Série empresarial: Guia de custos**. E-Book: 1º julho 2004, versão 2.
- QUESADO, Patrícia R.; RODRIGUES, Lúcia L. A gestão estratégica de custos em grandes empresas portuguesas. **Revista Ibero Americana de Contabilidad de Gestion**, v.1, 10, p.121-143, 2007.
- RAUPP, F. M.; Beuren, I. M. Metodologias de custos utilizadas nas maiores indústrias do setor têxtil do Estado de Santa Catarina. **Revista Ciências Administrativas**. V. 17, n. 3, 2014.
- RESENDE, M. D. V.; PRATES, D. F.; YAMADA, C. K.; JESUS, A. Estimação de componentes de variância e predição de valores genéticos pelo método da máxima verossimilhança restrita (REML) e melhor predição linear não viciada (BLUP) em Pinus. **Parte do Boletim de Pesquisa Florestal. Colombo**. N.32/33, p.23-42, 1996.
- RICHARTZ, F. O comportamento dos custos das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa entre 1994 e 2011. **Dissertação de mestrado**. Florianópolis/SC. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 2013. 91 p.
- RICHARTZ, F.; NUNES, P.; BORGERT, A.; DOROW, A. Comportamento dos custos das empresas catarinenses que atuam no segmento de fios e tecidos da BMF&Bovespa. In. XVIII Congresso Brasileiro de Custos. **Anais...** Rio de Janeiro: CBC, 2010.
- SANTOS, J. J. **Análise de custos: sistema de custeio marginal, relatórios e estudos de casos**. Atlas. 2005.
- SANTOS, J. L., KELM, M. L. & ABREU, A. F. Um modelo de gestão por resultados segundo a teoria da agência – um estudo de caso: Banco do Estado de Santa Catarina SA. **Revista de Administração da USP-RAUSP**. 2001. N. 36(3). p. 59-69.
- SATO, F. R. L. A teoria da agência no setor da saúde: o caso do relacionamento da agência nacional de saúde suplementar com as operadoras de planos de saúde suplementar com as operadoras de planos de assistência supletiva no Brasil. **RAP**. 2007. p. 49-62.

SEGATTO-MENDES, A. P. Teoria de agência aplicada à análise de relações entre os participantes dos processos de cooperação tecnológica universidade-empresa. São Paulo, SP. **Tese de doutorado**. Universidade de São Paulo – USP. 2001. 260 p.

SEGATTO-MENDES, A. & ROCHA, K. C. Contribuições da teoria de agência ao estudo dos processos de cooperação tecnológica universidade-empresa. *Revista de Administração*. 2005. V. 40(2), p. 172-183.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade: orientar** de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo, Atlas. 2006.

SILVA, L. L., LISBOA, E. F., FERREIRA, L. B., VERSIANI, A. F.; SOUSA, P. R. & CORDEIRO, M. L. As instituições financeiras e sua relação com as fintechs no Brasil. **E&G Economia e gestão**. Belo Horizonte. 2020. V. 20 (55).

SILVA, H. H. A., OLIVEIRA, A. T. A., MELO, L. S. A. & LUZ, J. R. M. Análise comportamental dos custos de agência em instituições financeiras brasileiras. **REUNIR – Revista de administração, ciências contábeis e sustentabilidade**. 2018. V. 8(3). p. 22-30.

SILVA, F. D. C., SILVA, A. C. B., VASCONCELOS, M. T. C., CAMPELO, S. M. Comportamento dos custos: Uma investigação empírica acerca dos conceitos econométricos sobre a teoria tradicional da contabilidade de custos. **Revista Contabilidade Financeira**. USP. São Paulo. 2007. V. 43. p. 61-72.

SINGH, M. & DAVIDSON, W.N. Agency costs, ownership structure and corporate governance mechanisms. **Journal of Banking & Finance**. 2003. V. 27. p. 793-816.

Souza, M. A., Silva, E. J. & Pilz, N. (2010). **Práticas de Gestão Estratégica de Custos: um estudo em uma empresa multinacional brasileira**. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 4(8), 145-167.

TORRE, J. A. P. G. **Mercado de capitais**. Uniasselvi. 2019.

VIEIRA, J. A. G., PEREIRA, H. S. F. & PEREIRA, W. N. A. Histórico do sistema financeiro nacional. **E-locação Revista Científica da FAEX**. V. 2(1). 2012. p. 146-162.

Westley, G. D. & Branch, B. (2000) *Safe money: building effective credit unions in Latin America*. Washington: Inter-American Development Bank and World Council of Credit Unions. 2012.

WERBIN, E. M. **Los costos pegadizos (sticky costs): una prueba empírica em bancos argentinos**. Universidad Nacional de Córdoba – UNC. Argentina. 2011.

ZAERNJUK, V. M.; KRYUKOVA, E. M.; BOKAREVA, E. V.; CHERNIKOVA, L. I. A study of the theoretical approaches to the banking financial intermediation and its development trends. **World Applied Sciences Journal**. V. 30, n. 12. 2014. p. 1723-1725, 2014.

## ANEXO A – Comprovante de submissão dos artigos em periódicos

[Enfoque] Agradecimento pela Submissão 🔍

**M** Marcelo Soncini Rodrigues via Portal de Periódicos da UEM <periodicos.uem@uem.br> 🔍  
Para: Você Sáb, 2023-04-22 16:37

Gustavo Felipe de Souto,

Agradecemos a submissão do seu manuscrito "Comportamento dos custos em instituições financeiras: uma análise em cooperativas de crédito" para Enfoque: Reflexão Contábil. Através da interface de administração do sistema, utilizado para a submissão, será possível acompanhar o progresso do documento dentro do processo editorial, bastando logar no sistema localizado em:

URL do Manuscrito: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/authorDashboard/submission/67970>  
Login: gustavofelipedesouto

Siga o TUTORIAL com os passos para utilizar o sistema e acompanhar seu artigo. <http://vivawebinternet.com.br/projetos/eduem.uem.br/downloads/AUTOR.pdf>

Em caso de dúvidas, envie suas questões para este email. Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de transmitir ao público seu trabalho.

Marcelo Soncini Rodrigues

Marcelo Soncini Rodrigues  
Editor-Chefe  
Revista Enfoque: Reflexão Contábil  
Departamento de Ciências Contábeis  
Universidade Estadual de Maringá

[APGS] Agradecimento pela submissão 🔍

**E** Editor Chefe Antônio Carlos Brunozi Júnior <periodicos@ufv.br> 🔍  
Para: Você Sáb, 2023-04-22 17:05

Gustavo Felipe de Souto:

Obrigado por submeter o manuscrito, "Análise dos Custos de Agência em Instituições Financeiras: : Um Comparativo entre Cooperativas de Crédito e Bancos" ao periódico Administração Pública e Gestão Social. Com o sistema de gerenciamento de periódicos on-line que estamos usando, você poderá acompanhar seu progresso através do processo editorial efetuando login no site do periódico:

URL da Submissão: <https://periodicos.ufv.br/apgs/authorDashboard/submission/15702>  
Usuário: gustavofelipedesouto

Se você tiver alguma dúvida, entre em contato conosco. Agradecemos por considerar este periódico para publicar o seu trabalho.

Editor Chefe Antônio Carlos Brunozi Júnior

Cordialmente, Editor Chefe Antônio Carlos Brunozi Júnior

Revista Administração Pública e Gestão Social - ISSN 2175 5787

<https://www.apgs.ufv.br/>

Contato APGS: [apgs.ufv@gmail.com](mailto:apgs.ufv@gmail.com)